



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016

-----No dia três do mês de novembro do ano de dois mil e dezasseis reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pelo presidente da Assembleia Jorge Magalhães e secretariada por Maria de Lurdes Castro e Mário Sérgio Cunha com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----1 - Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----

-----2 - Segunda Revisão ao Orçamento da Receita e Segunda Revisão ao Orçamento da Despesa; -----

-----3 - Aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2017; -----

-----4 - Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2017; -----

-----5 - Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2017; -

-----6 - Participação variável no IRS do Município de Lousada para o ano de 2017; -----

-----7 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem para vigorar no ano de 2017; -----

-----8 - Cobrança de Taxa de Ocupação de subsolo (TOS) para passagem de Rede de Gás; -----

-----9 - Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Sul do Grande Porto - cisão da sociedade "Águas do Norte, SA" e criação da Águas do Douro e Paiva, SA; -----

-----10 - Aprovação do Contrato-Programa a celebrar com a Lousada Século XXI - Actividades Desportivas e Recreativas - E.M. - Sociedade Unipessoal LDA, para o ano de 2017; -----

-----11 - Relatório semestral relativo ao 1.º semestre de 2016 - Lousada Século XXI - Actividades Desportivas e Recreativas - E.M. - Sociedade Unipessoal LDA; -----

-----12 - Instrumentos de Gestão Previsional relativos ao ano de 2017 - Lousada Século XXI - Actividades Desportivas e Recreativas - E.M. - Sociedade Unipessoal LDA. -----

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma horas e trinta minutos tendo respondido à chamada: Sandra Maria Ferreira Teixeira, Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Maria de Lurdes Oliveira e Castro, Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto em substituição Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, Fátima Marisa da Silva



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Pereira, João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Sónia Cristina Lourenço Ribeiro, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Manuel Campos Sousa Neto, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, Cidália de Lurdes Pereira Neto, Ricardo Filipe de Moura Ribeiro, António Filipe Cardoso Barbosa, José Bernardino Pinto Nogueira, José Manuel Teixeira Gonçalves, António Esteves, Virgínia Luzia dos Santos Monteiro em substituição de Ana Sofia Martins Bessa, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Adão António Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei, Armando Jorge Mota Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Alberto Carlos Bessa de Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira, José Martins Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, Adrião Paulo de Sousa Mendes presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita Pinto, presidente da Junta de Freguesia de Torno, António Fernando Morais da Silva presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém, Eduardo António Sousa e Castro Taveira, presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida), Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem, João Fernando Pinto Magalhães, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão), José Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais, e Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães, num total de trinta e dois membros. Estiveram também presentes o senhor presidente da Câmara Pedro Machado e os senhores vereadores Leonel Vieira, Agostinho Gaspar Ribeiro, Cristina Moreira, Maria Cândida Novais e António Augusto Silva.-----

----- O presidente da Mesa declarou aberta a sessão -----

----- PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

---- O presidente da Mesa começou por informar que foi detetado um lapso na reunião do órgão executivo relativa ao ponto quatro, aprovação do mapa de pessoal, pelo que se deve substituir a folha. E que Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto substitui o membro Cristóvão Simão Oliveira de Ribeiro que comunicou uma ausência por trinta dias e Virgínia Luzia dos Santos Monteiro substitui o membro Ana Sofia Martins de Bessa, que comunicou uma ausência por trinta dias; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Eram vinte e uma horas e trinta e quatro minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: João Carlos Pinto Correia.-----

----- De seguida foi posta à discussão a ata da sessão ordinária de trinta de setembro de dois mil e dezasseis.-----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se de seguida à votação da ata, que foi aprovada por trinta e dois votos a favor e uma abstenção do membro: João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho.-----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e cinco minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: António Carlos da Cunha Pacheco -----

----- De seguido foi apresentado a proposta número dez do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada e os Grupos Municipais propõem um voto de louvor a Diogo Regadas, que se sagrou campeão nacional de velocidade na prova Moto 4”.-----

----- Não havendo intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, a proposta número dez foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos.-----

----- E a proposta número onze do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada e os Grupos Municipais propõem um voto de louvor à equipa de Hóquei em Campo da Associação Desportiva de Lousada, pela conquista da supertaça Carlos Fernandes da época 2015/2016” -----

----- Não havendo intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, a proposta número onze foi aprovada por trinta e três votos a favor e uma abstenção do membro: Nelson Ângelo Coelho Oliveira. -----

----- Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo senhor presidente da Mesa e membros da Mesa, excelentíssimo presidente da Câmara, excelentíssimas vereadoras e vereadores, caros colegas desta Assembleia. Eu começava a Assembleia por fazer uma pergunta, até porque deve ficar registado em ata. Eu sei que houve acordo entre o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

executivo, mas gostava de saber, a razão do agendamento da reunião ordinária com esta pressa toda. Uma reunião que costuma ser em dezembro, com os documentos a serem entregues. Eu volto a referir, eu sei que houve acordo para que fosse a assim mas gostava que ficasse registado em ata, para percebermos todos o que é que aconteceu, para que tudo fosse tratado desta forma.» -----

----- Intervenção da Sra. Cidália Neto do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Assembleia, restante Mesa, senhor presidente de Câmara, senhores vereadores, caros deputados e público aqui presente. Eu queria fazer-lhe uma pergunta senhor presidente, o senhor na comunicação diz aqui que as “Jornadas de Bibliotecas e a Feira do Livro se apresentam como propostas culturais consolidadas, captando participantes dos mais variados pontos do país”. Eu queria perguntar-lhe se se refere à Feira do Livro realizada no último fim de semana? Porque realmente com esta descrição não estou reconhecer a Feira do Livro do passado fim de semana. Não sei se se enganou ou se queria apenas referir às Jornadas de Bibliotecas. O que é certo, é que eu estive na Feira do Livro, e alguns hipermercados têm nos seus escaparates uma oferta bem mais diversificada e a preços bem mais atrativos. Para além do que diz aqui que, “capta participantes dos mais variados pontos do país”. Eu devo-lhe dizer que falei com muitos colegas que vieram de Braga, não para a Feira do Livro obviamente mas para as jornadas, vieram de Braga, Penafiel, Porto e ficaram verdadeiramente dececionados com aquela Feira do Livro. Não sei quanto é que custou a logística mas estou em crer que nem o valor do aluguer da tenda justificava.» -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo. -----

----- Intervenção do Sr. Armando Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas Santo Estevão: «Senhor presidente eu trago aqui um assunto que é importantíssimo falar dele, tem a ver com Lustosa, tem a ver com os ninhos da abelha asiática. O que é que acontece? Em Lustosa de há dois anos para cá, tem sido muito fustigado com ninhos de abelhas asiáticas com grandes dimensões. É verdade que quando apareceram os primeiros ninhos, havia uma forma rápida de os combater. Agora estamos com um problema muito sério. Em princípio era a proteção civil que combatia os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ninhos, a partir do momento que passou da Câmara para os bombeiros, é verdade que há aqui uma descoordenação total. Eu gostaria de saber, porque nós presidentes de Junta temos de ajudar a população neste caso, porque se são os populares a ligar, se se anda, se calhar um mês para se resolver um problema, então. Entretanto os presidentes de Junta, eu falo por mim, mandamos vários e-mails para a Câmara e depois a Câmara, segundo informa que assim é que tem que ser, depois dá luz verde aos bombeiros. Fala-se que tem a ver com um seguro da Câmara, o senhor engenheiro Porfírio é que tem de ter conhecimento e depois participa aos Bombeiros, para os bombeiros irem para o terreno. Isto só para dar nota que há dois meses, os bombeiros estiveram no terreno em Lustosa e num dia combateram quatro ninhos. Há uma previsão, agora no outono com o cair da folha, que se calhar vão aparecer dezenas de ninhos. E estou a falar assim porquê? Porque há um ninho com uma grande dimensão que deve ter seguramente setenta, oitenta centímetros de altura, em que eu já mandei e-mails e mais e-mails para a Câmara, para o senhor engenheiro Porfírio, até me disseram que não estava a tempo inteiro e depois também falei com o senhor comandante dos bombeiros, mas na altura estava de férias. O que é certo é que ando aqui há quinze dias para resolver o problema do ninho que tem cerca de setenta centímetros de altura, e muito, mas muito próximo de algumas casas. Isto tem uma gravidade muito grande, porque acho que temos de alinhar aqui as coisas para ser combatido muito rápido. Eu falo por Lustosa, mas têm sido demasiados ninhos que aparecem lá, e se estiver quinze dias, para resolver um assunto que ainda não está resolvido, fica mal toda a gente nisto e as pessoas que têm os ninhos perto da porta não estão descansadas dentro das suas casas. Nesta parte senhor presidente acho que há aqui qualquer coisa que não está a funcionar. Ligar para a Câmara para o senhor engenheiro Porfírio e depois o senhor engenheiro Porfírio passar para os Bombeiros, eu aqui diria que é um bocado o “rato atrás do gato” e o ninho continua no mesmo sítio. Isso assim é que não está bem, o ninho está no mesmo sítio e de uma maneira ou de outra não se consegue resolver o problema. Vamos lá ver qual a forma melhor que o senhor presidente pode ajudar. Outra questão que eu queria falar aqui, é o assunto do projeto da Rua de São Gonçalo que há tempos atrás havia a ideia de construir lá o armazém e depois da conversa que eu tive com a Câmara verificou-se que o armazém lá ficava mal. Entretanto depois do armazém apareceu uma cave e um andar. Mas senhor presidente, essa cave e esse andar que está em construção, é pena que assim tivesse sido porque era o sítio onde se fazia as festas de São Gonçalo, também é verdade que a Junta esteve em negócio com o terreno e não o conseguiu, sei que o senhor presidente em relação a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

essa parte não tem muito a ver. O terreno tinha dono alguém comprou e está a construir. Mas há uma coisa que eu queria dizer ao senhor presidente que é, eu confio nos serviços da Câmara e confio nos serviços da polícia municipal. Façam o favor de ir ao local, porque as coisas quase que estão em cima da estrada e depois os carros não podem passar.» -----

----- Intervenção da Sr. José Manuel Gonçalves do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Câmara, senhor presidente da Assembleia, senhores vereadores, senhores deputados, comunicação social e distinto público. Senhor presidente, eu também tinha aqui uma questão a colocar no seguimento da intervenção feita pelo meu colega Filipe. E eu também sei que houve acordo. Porque é que, como se fez noutros municípios, não se convocou uma Assembleia extraordinária, isto é tudo por causa da questão da cisão da sociedade Águas do Norte e a criação Águas do Douro e Paiva S.A, uma Assembleia extraordinária para este assunto, e então sim em dezembro, uma vez que estamos aqui a tratar de assuntos que são importantes para o município, como documentos previsionais, como a aprovação do Mapa de Pessoal, orçamento, etc. Até porque eu verifiquei e não foi só para o lado da bancada “Lousada Viva”, também foi aqui para este lado, para o lado da bancada do PS, os documentos foram entregues quase em cima da hora. A maior parte de nós tem outras funções e outros trabalhos que não nos permitem, como a vocês, ter uma análise detalhada de toda a documentação que nos foi entregue. Entendemos que assuntos desta seriedade não devem ser tratados de forma tão leviana. No fundo vamos aqui decidir muito do que se irá passar no próximo ano em dois mil e dezassete em Lousada e nas famílias lousadenses.» -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e seis minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro Fausto Manuel da Costa Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silhares, Pias, Nogueira e Alvarenga. --

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Penso que foi com extremo agrado que todos nós assistimos às notícias que foram veiculadas na comunicação social, relativamente às Comemorações do Dia da Unidade do Comando Territorial do Porto da GNR. É assim, eu acho que é importante de notarmos que houve um evidente reconhecimento por parte da GNR, de que o Município de Lousada tinha e tem condições para receber este evento, mas mais importante que isso foram as palavras que ouvi o senhor presidente proferir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

e que saíram também na comunicação social. E isso respeita como é óbvio à questão de Lousada necessitar de mais efetivos da GNR e eventualmente de mais um posto da GNR. É algo sobre o qual já escrevi anteriormente, é algo que a juventude socialista, salvo erro senão antes, já em dois mil e doze havia reclamado e havia escrito sobre isso também. E a verdade é que se passaram alguns anos e essa necessidade mantem-se e cada vez mais de forma clarividente. A verdade é que não está em causa aquilo que é o índice de criminalidade que afeta o nosso concelho, mas sim toda a cobertura que é dada pela GNR no concelho, coitados de nós se tivermos um acidente numa ponta do concelho e houver outro no outro. Esperamos horas pela patrulha da GNR. É por isso que me parece que é de todo meritório aquilo que o senhor presidente da Câmara solicitou, um tratamento equitativo em relação àquilo que é a realidade dos restantes concelhos nossos vizinhos que dispõe de um conjunto de patrulhas da GNR localizadas de uma forma mais descentralizada, não apenas nas sedes dos concelhos. Portanto penso que seria amplamente benéfico para Lousada e até na nossa relação com os demais concelhos vizinhos e até para as próprias populações, de facto esse tratamento equitativo se verificasse. Portanto parece-me que é essencial que o senhor presidente da Câmara continue a bater-se para que esta realidade hodierna seja alterada e senão que esta própria Assembleia Municipal mesmo antes de término do seu mandato, como é óbvio, se bata por aquilo que me parece ser uma necessidade urgente para o nosso concelho e uma realidade à qual não podemos descurar e à qual devemos estar atentos.» -----

----- Intervenção da Sr^a. Sandra Maria Teixeira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor presidente e restante Mesa, senhor presidente da Câmara e restantes vereadores e caros colegas. Ao longo dos últimos anos e em virtude da grave crise financeira que atravessamos, não só o nosso país, mas em grande parte da Europa e do mundo, todos nós sofremos consequências repercutidas em cortes de salários, pensões, apoios sociais e acima de tudo, despedimentos. O tecido empresarial teve que se renovar, reabilitar e também isso custou inúmeros postos de trabalho com particular reflexo em regiões como a nossa, o Vale do Sousa e Baixo Tâmega. Felizmente que o país começa a dar sinais de melhoria e recuperação e a descida sustentada da taxa de desemprego é um facto claro e que a todos nos deve alegrar. É por isso com particular satisfação que, no que se refere ao nosso concelho, começamos a ver uma recuperação paulatina do emprego e as últimas notícias têm sido animadoras, já que o número de desempregados em Lousada está a diminuir desde dois mil e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

treze e até atinge o número mais baixo desde o ano de dois mil e nove (dados do IEFP). Por outro lado e intrinsecamente ligado a este facto, o volume de ofertas de emprego também tem registado uma melhoria substancial. Já a nível nacional, dados do INE conhecidos ontem, revelam que a taxa de desemprego jovem, embora que ainda preocupante, caiu três vezes mais do que a restante no presente ano, recuando assim a níveis de dois mil e nove. Há que reconhecer o mérito de todos nós enquanto sociedade, principalmente o papel dos empresários e trabalhadores que se souberam adaptar à nova realidade e às novas exigências do mercado. Obviamente que também não podemos deixar de reconhecer as medidas que grande parte das autarquias tem promovido, nomeadamente a de Lousada, fazendo um esforço para dar mais e melhores condições ao tecido empresarial local, muito particularmente com medidas como aquelas que hoje iremos aprovar. A descida ponderada dos impostos municipais, revestem-se como um auxílio imprescindível aos nossos munícipes e toda a envolvência do nosso tecido empresarial local. Este esforço deve ser reconhecido por todos e saudamos esta visão para o nosso concelho.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Muito boa noite a todos. Começo por responder ao Dr. Filipe Barbosa e também ao Dr. Gonçalves, uma vez que as questões que colocaram são similares. Aliás, se não tivessem colocado a questão eu iria explicitar na mesma, porque acho que é pertinente a questão que colocaram. Como disse o Dr. Gonçalves, e bem, um dos pontos da ordem do dia tem que ver com a Águas do Norte. Há uma assembleia geral na segunda-feira e, por isso, foi solicitado a todos os municípios que aprovassem esta semana, junto da respetiva Câmara e Assembleia Municipal, os documentos de suporte, para ser possível depois cada um de nós poder votar em conformidade na assembleia geral. Como sabem, nos últimos anos a última sessão anual desta Assembleia tem-se realizado em novembro. Antigamente é que era realizada em dezembro, mas ultimamente tem sido realizada em novembro, porque há uma série de assuntos que têm de ser votados até final de novembro, como o IMI e o orçamento. Assim sendo, achámos que não teria grande sentido fazer-se uma Assembleia Municipal extraordinária e passada uma ou duas semanas haver outra ordinária. E portanto explicito o assunto aos senhores vereadores e foi por essa razão que decidimos fazer apenas uma Assembleia. A Assembleia era para ser feita amanhã e não hoje, mas entretanto tomei conhecimento de que havia uma iniciativa político-partidária, promovida pela coligação que amanhã vai ter cá o Dr. Passos Coelho. E como eu sou um democrata e tenho respeito pela oposição, liguei



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ao senhor vereador Leonel Vieira a dar nota disso e obtive a concordância do senhor vereador, no sentido de anteciparmos então esta Assembleia para hoje. É certo que não é o dia ideal, porque amanhã é dia de trabalho, mas foram estas as contingências que levaram a que se realizasse esta Assembleia hoje. Relativamente à intervenção da Dr.^a Cidália Neto, quando refiro na minha intervenção que captou pessoas de diversos pontos do país, queria naturalmente referir-me às Jornadas, como é óbvio, porque por muito boa e grande que seja uma Feira do Livro não é fácil captar público de muito longe, mesmo as grandes como Lisboa e Porto. Pode haver um caso ou outro de alguém que vá de propósito à Feira do Livro, mas não é fácil. Aliás a nossa Feira do Livro tem o enfoque principal na comunidade escolar. Houve uma série de escolas que foram passando pela Feira do Livro. Quando se refere aqui essa situação é naturalmente no que respeita às jornadas. Quanto à intervenção do senhor presidente da Junta de Lustosa e Santo Estevão, não tinha presente essa dificuldade que pelos vistos está a sentir no combate aos ninhos de vespas asiáticas. Vou verificar se há algum problema, ver a que se deve essa falta de resposta por parte dos bombeiros, e tentar ultrapassar o problema. Este assunto é muito complicado. É uma realidade com a qual nós não estávamos habituados e é um problema que se calhar vamos ter que nos habituar a ele. O que dizem os entendidos é que nós podemos ir destruindo os ninhos que vão aparecendo, mas a partir do momento que esta vespa chegou a Portugal vai andar por aí, se calhar para sempre, não havendo grandes possibilidades de a erradicar. Vamos tentando controlar essa praga e à medida que esses ninhos vão aparecendo temos procedido à sua destruição porque têm um efeito nefasto também na economia. Temos aqui na região grandes produções de mel e esta vespa aniquila a abelha produtora de mel, para além do perigo que representa para as pessoas. Portanto amanhã vou-me inteirar se há alguma dificuldade recente, porque na altura que fizemos esta passagem de testemunho para os bombeiros, julgo que as coisas estavam a correr bem. Aliás, dotamos os bombeiros de um equipamento para a queima dos ninhos que mandamos fazer de propósito. Relativamente à obra que referiu em São Gonçalo, já tivemos a oportunidade de falar sobre isso. Eu não sei se o requerente algum dia pensou fazer lá um armazém, conforme diz. O que eu sei é que o projeto que entrou na Câmara nunca foi para um armazém, foi sempre para habitação unifamiliar. Em função daquilo que disse, eu naturalmente vou lá enviar a polícia municipal para saber se a obra está a ser executada em conformidade com o projeto. Como eu disse ao senhor presidente, tendo os terrenos capacidade construtiva, prevista no PDM, não há forma legal de impedir que se licencie a construção, se a mesma cumprir com todas as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

normas. Apesar de reconhecer o incómodo que possa causar à freguesia, uma vez que se trata de um terreno que era usualmente utilizado nas romarias, o certo é que não tendo a Junta conseguido adquirir esse terreno, o proprietário tem o direito de o afetar à construção. Quanto à conformidade da obra com o licenciamento, vamos averiguar se há alguma desconformidade. Relativamente à intervenção do Dr. João Correia, foi de facto um dia importante. Foi pena que as condições meteorológicas não tivessem permitido que aquela cerimónia se fizesse no exterior. Seria muito mais agradável e com outro impacto junto da população. Não foi possível, pelo que tivemos de fazer no auditório, mas fica o mais importante que foi a mensagem que saiu daquele encontro. E portanto vamos ver se entretanto temos boas notícias no que respeita ao reforço de efetivos. Quanto à intervenção da Dr.^a Sandra, é sempre positivo quando vemos a taxa de desemprego a diminuir. Contudo, temos sempre receio porque depende da evolução da economia. Vamos todos ser otimistas e que no fundo este progresso seja para continuar e que esta taxa de desemprego seja cada vez menor. No que respeita à Câmara, temos procurado fazer tudo o que está ao nosso alcance para que assim seja, nomeadamente com as ditas políticas de captação de investimento, em especial com uma política fiscal amigável. Ainda hoje tive uma reunião com um potencial investidor que procura um terreno com quatro hectares em Lousada para criar uma unidade produtiva que irá empregar cerca de cem pessoas. E as razões pelas quais está a ponderar seriamente Lousada é pelas acessibilidades e pela política fiscal. Cada vez mais a política fiscal é determinante nesta decisão de quem quer investir no país.» -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município. -----

----- Neste ponto não houve intervenção por parte dos membros da Assembleia.-----

----- SEGUNDO PONTO: Segunda Revisão ao Orçamento da Receita e Segunda Revisão ao Orçamento da Despesa -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número um do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Municipal de Lousada a aprovação da segunda revisão ao orçamento da receita e segunda revisão ao orçamento da despesa do ano de 2016, nos termos da alínea a) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro” -----

----- A proposta número um foi aprovada por unanimidade de trinta e seis votos. -----

----- TERCEIRO PONTO: Aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2017 -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Esta é a vantagem de fazermos uma Assembleia tão importante a uma quinta-feira, não há nada para dizer, e depois também recebermos os documentos tão em cima. Eu podia chegar aqui para falar sobre estes documentos e dizer que tinha muito pouco para dizer porque lhes dava a mesma importância que o executivo ou seja nenhuma. Eu posso fazer a intervenção começando pela declaração de voto do senhor presidente, e que contraria em parte muito daquilo que foi dito anteriormente numa das intervenções, em determinado momento diz-se que “o Estado tem vindo a demitir-se das suas funções sociais, o que tem determinado obrigação deste município o substituir, assumindo despesas substanciais, infelizmente cada vez maiores”. Já passou um ano desde que entrou um governo diferente, que ia trazer “leite e mel a jorrar da terra prometida”. E parece que as coisas continuam. E se fosse anterior, era o FAM, não era? O Fundo de Apoio Municipal que ia acabar quando o governo sáísse e que estava a dar cabo das contas do município. Deixamos de falar sobre o assunto. Isto parece que não tem nada a ver com o orçamento mas tem tudo a ver com o orçamento, porque nós olhamos para o orçamento e depois em determinado momento o senhor presidente na declaração de voto também diz, “que os documentos não são pouco rigorosos ou meramente indicativos mas não são documentos fechados mas antes instrumentos de gestão dinâmicos”. É óbvio, isto é verdade, são documentos previsionais mas também não deixa de ser verdade que quando os documentos são previsionais e são dinâmicos devem ser alterados por razões de fundo. Eu posso dar aqui um exemplo, os grandes investimentos que nós até aprovamos empréstimos para eles serem realizados, desmintam-me se isto for mentira, nunca estiveram em nenhum PPI. Eu nunca vi num PPI que se deveriam construir não sei quantos sintéticos no concelho, contrariamente a algo que nós sempre defendemos, e de repente,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

se me dissessem, há fundos comunitários, há uma razão de fundo. Vamos realizar aqui uma alteração substancial ao orçamento, ao PPI porque aconteceu uma coisa extraordinária, não podemos perder esta oportunidade de todo. Mas não foi isso que aconteceu. O que é que aconteceu? Por isso quando me dizem que são instrumentos dinâmicos, são instrumentos previsionais querem dizer pura e simplesmente isso: nós temos que apresentar um orçamento, tomem lá os papeis, tem aqui umas rubricas que ficam em aberto, tiramos de um ano e colocamos não sei quantos milhares numa zona industrial, depois no ano a seguir tiramos esses milhares e colocamos lá um valor residual para a rubrica se manter em aberto, mas depois lembramos que afinal contrariamente a tudo aquilo que nós defendemos anteriormente, o concelho precisa de cinco sintéticos, em simultâneo, que depois quando tiverem de sofrer manutenção terão de sofrer em simultâneo, sem que nada de extraordinário aconteça. Por isso, falar destes documentos ou falar das contas que aqui estão é um exercício de pura especulação, porque ao longo destes anos, ao longo destas décadas o executivo deu provas mais do que suficientes que não liga nada aos orçamentos. Mais, em determinado momento diz-se que foram ouvidas as pessoas. Foram ouvidas, quando, como? Qual é que foi o método? Chamaram os presidentes de Junta ou tomaram em consideração aquilo que eles vão dizendo? Ou se não disseram nada não há nada para dizer? É que se houver uns mais caladinhos, não têm nada para acrescentar? Pelo que sei não falaram com os vereadores da oposição ou eles não representam milhares de lousadenses? Eu sei que, e vão dizer que perdemos as eleições têm legitimidade, tudo bem, mas também há legitimidade de quem está eleito e tem obras, ideias, e por isso mesmo respeitam a oposição. Falaram com quem, como, quando? Estes documentos que nós vamos discutir aqui e eu volto ao início, poderia dizer que pura e simplesmente não tive tempo para os ver e tinha toda a legitimidade para o dizer, tirei a tarde de hoje para olhar para os documentos, porque mos entregaram ontem. E agora assumo que vou ser populista e demagogo com o que vou dizer, mas acho sinceramente que se deveria ter feito uma Assembleia extraordinária com os custos que isso implica para debater este assunto só, e que se deveria, dentro dos prazos normais que estes documentos exigem de entrega de prazos mais que suficientes, não é no limite estrito legal dos prazos. Podia ser amanhã que entregando ontem o prazo continuava a ser apertado. E também, eu louvo e faço aqui mais um parêntesis, eu louvo o espírito democrático do senhor presidente mas também louvo o seu sentido pragmático, porque daqui estão dezoito e dali estão dezoito. E se marcasse a Assembleia para amanhã não tinha quórum. É verdade que é o espírito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

democrático mas também não deixa de ser verdade que é um espírito bastante pragmático quando faz isto. Mas voltando à questão da demagogia e do populismo, eu vou dizer, merecia, merecia com os custos que para aí estão, porque quando voltar a ver um elefante a passear pela vila que custa mais de trinta mil euros, eu vou-me lembrar que se pouparam algumas dezenas ou algumas centenas de euros para não se repetir uma Assembleia daqui a duas ou três semanas.» -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Quando o Dr. Filipe Barbosa diz que a boa vontade do senhor presidente da Câmara em não marcar para amanhã, porque aqui estão dezoito e ali estão dezoito, está a admitir que os dezoito daí faltariam todos ao compromisso que lhes foi dado pelo povo de Lousada de assistirem às Assembleias Municipais. E vou passar já à discussão do orçamento, uma vez que também reparei que a coligação não se preparou para essa discussão, mas não é por isso que vou deixar de o fazer. É verdade que o plano plurianual de investimentos” e o orçamento são o espelho das orientações políticas autárquicas do executivo. Mas também é verdade que as considerações efetuadas a esses mesmos documentos, vertidas na declaração de voto do senhor vereador Dr. Leonel Vieira, são o espelho das suas orientações políticas autárquicas para o concelho de Lousada. E o que evidenciam essas considerações? Uma falta de visão e de estratégia global e de alternativas credíveis para Lousada; a repetição continuada de acusações contraditórias destituídas de sentido e de conteúdo, e desligadas da realidade. Vamos ver então: Para o senhor vereador Dr. Leonel Vieira a sua grande preocupação não é o facto de as obras efetuadas por todo o concelho serem necessárias para a melhoria das condições de vida dos lousadenses nos planos da cultura, do desporto ou do social, da educação ou da formação profissional, da mobilidade ou da regeneração urbana, do ambiente ou do património histórico, mas sim pelo facto de essas obras terem como nefasta consequência “um crescente e contínuo aumento das despesas com a manutenção de equipamentos”. Não consegue ir mais longe do que isto. Não é o facto de os eventos organizados pelo município, pelas freguesias, ou pelas instituições particulares, terem como objetivo a valorização cultural das pessoas residentes em Lousada, a promoção do território e das suas gentes com o objetivo da captação de mais residentes, mais negócios ou mais visitantes, mas sim pelo facto de esses eventos constituírem um desperdício desmesurado em “festas e festinhas”, um “derreter” de dinheiro sem qualquer interesse. Desafiava-os até, em relação às escolas que diziam que eram de mais, mas nunca disseram quais as que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

consideravam demais, desafiava-os até a dizer quais são os eventos que consideram demasiados e cujos gastos não têm qualquer benefício. Não é o facto de o executivo prosseguir em dois mil e dezassete, como nos outros três anos deste mandato, a sua atividade normal, tentando aproveitar ao máximo possível as candidaturas a fundos comunitários, mas sim pelo facto de esses investimentos visarem apenas uma preocupação eleitoralista. No seu conceito o concelho devia parar em dois mil e dezassete. Para Leonel Vieira toda a ação do executivo resume-se a frases, tipo cassete ou disco riscado, pois repetidas todos os anos, tais como: “estão a fazer tudo à pressa”; “é preocupante o crescente aumento com o pessoal”; “execução da maior parte das obras e equipamentos na Vila de Lousada”; “andaram três anos a derreter o dinheiro em festas e festinhas”; “não se importam de hipotecar o futuro do município e dos lousadenses” e “quem vier atrás que feche a porta”. Gostava também e desafiava-os, a quem vier aqui a seguir falar sobre o orçamento que concretize quais foram os números, as ações, as obras que levaram a cada uma destas frases. Para além de uma ou duas propostas avulsas, é muito pouco, ou é mesmo nada, para quem tem acalentado a pretensão de ser presidente da Câmara Municipal de Lousada.» -----

----- Intervenção do Sr. José Manuel Gonçalves do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente, já não é a primeira vez que eu o ouço vir aqui dizer que tem entrevistas, reuniões com empresários privados para investir em Lousada. E a questão que lhe quero aqui colocar é a seguinte: depois de muito à pressa, ter olhado para as contas, para o orçamento, ver em princípio e uma vez que eu também acho que muitas coisas, isto é meramente especulativo, e à frente irei concretizar porquê. O senhor presidente teve o cuidado de dizer a esses investidores, qual é a dotação que esta Câmara tem para zona industrial de Lustosa, de Caíde. Teve o cuidado de lhes dizer que no seu orçamento isso é zero virgula zero, zero, qualquer coisa. É esse o cuidado e a preocupação que tem em abrir portas aos investidores privados? Quanto à intervenção do senhor Ferro, a intervenção foi muito do meu agrado. Eu não sabia, fiquei admirado, o seu interesse pela forma democrática e pela forma como o PSD ou a coligação “Lousada Viva” (), hoje fiquei a saber. Eu tenho outros temas com que me distrair ou pensar que não esses. Não sabia que a sua atenção ia para aí. Mas olhe, quanto a eventos e “festas e festinhas” estando do agrado do PS Lousada, vou lembrar-lhe as últimas palavras que foram proferidas pelo senhor presidente da Câmara, na última Assembleia, “sinto-me frustrado com a pouca adesão dos lousadenses ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

último evento festivo promovido e acompanhado pela Câmara Municipal de Lousada”. Sabe, nós olhamos para os documentos que nos são dados, vemos lá muitas obras, e já agora para que fique registado em ata, até para depois não pairar quaisquer dúvidas. Oh senhor presidente, realmente, quais são as obras que vai fazer? Nós olhamos para ali e vemos muita coisa, sabemos que não vai fazer tudo, sabemos que algumas o senhor até as pode querer fazer, do que lá está e para que fique registado para a posterioridade. Em dois mil e dezassete, quais são as obras que o senhor vai fazer?» -----

----- Intervenção da Sr^a Cidália Neto do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Eu raramente faço alguma apreciação sobre intervenções, mas neste caso, peço desculpa senhor Ferro, o senhor tem de fazer uma apreciação sobre a sua intervenção. O senhor é tão injusto e tão incoerente. E digo isto porquê? O senhor acusou a bancada da coligação de ter intenção de faltar, se fosse, certo, não estou a por isso em causa. É certo que havia essa intenção vamos partir do principio, não ponho isso em causa. Agora a seguir vem-me dizer que tínhamos obrigação de ler os documentos. O senhor é tão injusto, o senhor queria que eu faltasse á minha atividade profissional, deixasse os meus filhos, para ler os documentos. O senhor está-me a pedir que eu abandone os meus filhos para ler aqueles documentos, aquelas folhas que são inúmeras. Está a ser machista e a dizer-me que por eu ser mãe e profissional, trabalho fora, não posso fazer parte de uma Assembleia. Senhor Ferro está-me a desiludir, peço desculpa. Isto é grave, eu raramente faço uma apreciação sobre intervenções mas sinto-me verdadeiramente ofendida. Então eu não posso cuidar dos meus filhos, sou obrigada a deixar isso de lado para ler a resma de folhas que me entregaram, ontem à noite, quando eu saí do trabalho e hoje fui trabalhar de manhã e cheguei à noite e tinha os meus dois filhos á minha espera. O senhor é muito injusto. E mais, provavelmente estou em crer que não vou falar em nome dos meus colegas, se nos dissessem assim: olhem vocês vem fazer uma Assembleia extraordinária e prescindem das senhas de participação, se calhar até prescindíamos. Eu antes queria do que sair daqui às tantas da manhã e amanhã ter que me levantar outra vez, às seis e meia da manhã. Portanto se é um problema de dinheiro que fica escasso para as “festas e festinhas” falavam connosco, a comunicar é que a gente se entende.» -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Eu fui aqui acusado que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

não tinha preparado a intervenção sobre o orçamento e preparei uma intervenção, pegando em termos políticos naquilo que foi a declaração de voto do senhor presidente da Câmara. Eu espero a leitura da segunda intervenção do Dr. Ferro, tenho a certeza que a tem aí, ficaria desiludido se não viesse agora na segunda intervenção fazer uma leitura com uma análise aprofundada das contas, porque a sua primeira intervenção, nada mais foi do que uma análise das declarações do Dr. Leonel Vieira. Aliás que já é uma prática recorrente aqui na Assembleia Municipal. Mas nós preparamos isto, eu não vou dizer que fui eu que preparei, já disse aqui várias vezes que contas não é propriamente a minha área, mas se me ajudarem também olho para elas e também sei olhar para elas. E podia pegar no trabalho de casa de alguém que percebe de contas e que pega nos orçamentos desde dois mil e treze até dois mil e dezassete, por rubricas, e faz o comparativo dos orçamentos todos de uns anos para os outros, se bem que isto também é um exercício um bocado estranho. Aliás é um exercício que até está na moda, porque se nós compararmos orçamentos com orçamentos, podemos chegar à conclusão que afinal aumentamos a receita em áreas como a educação, por exemplo no Orçamento de Estado, quando na verdade já gastamos mais do que aquilo que temos orçamentado e pela primeira vez comparamos aquilo que foi orçamentado em dois mil e dezasseis com o que podemos gastar em dois mil e dezassete. É por isso que orçamentos são orçamentos, o que interessa como o senhor Ferro já disse aqui várias vezes, no orçamento é a discussão política e centrar as questões muito claramente naquilo que o meu colega veio cá dizer. Estão aqui propostas de muitas obras, mas que obras, verdadeiramente, fazem parte daquilo que se pretende executar para dois mil e dezassete? Quais são as prioridades? O que é que se pretende fazer? As rubricas são rubricas e depois as comparações são comparações. Podia agora aqui começar a dizer que em dois mil e dezasseis, a receita corrente de saneamento foi de setecentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e um euros e trinta e nove cêntimos; e que agora o orçamento, novecentos e quarenta mil, setecentos e noventa e dois noventa e trinta e sete; e depois descia com os juros de mora que foram de vinte e nove mil euros setecentos e sessenta e cinco euros e vinte e cinco cêntimos e agora, serão apenas de vinte e quatro mil e cinquenta euros e oitenta e dois cêntimos. É isso que se pretende numa discussão do orçamento? Eu posso utilizar o tempo todo, do princípio ao fim e até faço comparação com os números de dois mil treze, se quiserem, e faço aqui um brilharete.» E, e...» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia, restante Mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, caros colegas, excelentíssimo público e comunicação social. Eu ouvi aqui o senhor Ferro há bocadinho dizer que de facto este orçamento e este plano plurianual, representam um conjunto de orientações políticas e estratégicas. Eu dá-me a impressão que é mais um conjunto de desorientações. Eu tenho olhado para os orçamentos desta Câmara, nestes últimos anos, e tenho verificado uma coisa, eles nunca correspondem nada à realidade depois naquilo que se faz, ou seja, o orçamento é apenas um puro documento que é preciso fazer para estar na gaveta, para existir em termos legais, e depois efetivamente, e o próprio plano plurianual efetivamente depois não representa absolutamente nada. Há quantos anos é que nós andamos a ver nos planos plurianuais um conjunto de obras que são adiadas de ano para ano? Quantas obras são programadas que não são executadas? Faz-me lembrar a famosa estrada da Ordem a Sousela que já vem, vem, que vem, aquilo vem a caracol. Todos os anos está no orçamento, todos os anos é programada, nunca acontece. Por isso os meus colegas, e eu reafirmo mais uma vez esta posição, os meus colegas perguntam: Oh senhor presidente, diga-me lá, quais são as obras que vai fazer? Eu até fiquei contente ao ver uma obra ali na minha área de intervenção, que acho que é uma obra necessária, pena que não existam outras, eu gostava imenso, que é aquela estrada da Boavista. Está apenas no plano plurianual como uma dotação, mas não está digamos ainda definida, não há definição de dotação. Há um conjunto de obras que se vão colocando ali mas que depois não saem do papel, se calhar é só para encher olho, só para ficar bonito e para as pessoas verem que é um programa muito interessante. Acho que faltava aqui de facto um documento adicional que é um plano de atividades efetivo, daquilo que se vai realmente realizar. Eu não tenho visto isso, tenho visto em muitas Câmaras, em muitos orçamentos de outras câmaras municipais, até de juntas de freguesia que fazem um, para além do plano plurianual, para além do orçamento, fazem de facto um plano de atividades efetiva daquilo que se vai realizar e como se vai realizar, a todos os níveis, desde as obras, às atividades culturais, a sua própria justificação, e nunca vi esse documento aqui na câmara. É um lamento que eu faço, isso de facto é que nos podia dizer, nos podia esclarecer, efetivamente, o que é que a Câmara quer, qual o caminho que traça, qual o seu objetivo, qual o seu percurso e onde quer chegar. Não existe. Se não existe, nós só temos um conjunto de intenções, mas de intenções está o inferno cheio. São muitas meras intenções, são coisas muito interessantes, mas depois o que é que se faz, navega-se à vista, ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

seja, faz-se aquilo que se apetece. E estas coisas toda a gente sabe como é que se faz, há um senhor que nos ajuda na contabilidade da junta que nos diz muitas vezes isto, quanto mais as rubricas forem mais abertas, mais globais melhor, cabe lá tudo. E aqui é a mesma coisa, temos aqui um orçamento onde cabe tudo e ao mesmo tempo não cabe nada. Não há nada que seja, que a gente olhe para este município e diga assim, cá está esta estratégia, cá está este planeamento. Senhor Ferro, peço desculpa, mas de facto o que eu não vejo aqui é estratégia, o que é não vejo aqui é planeamento. Vejo aqui intenções vejo aqui “eh pá estamos com estas ideias”. Outra questão que eu gostava de chamar à atenção é uma proposta que foi lançada por um vereador numa reunião de Câmara e que tinha ver até, se bem me recordo, como dizia o Aquilino Ribeiro, se bem me lembro, nas negociações que nós tivemos, belas, saudosas, únicas negociações que o senhor teve a hombridade e dei-lhe os parabéns, nessa altura, de reunir os presidentes de Junta para negociarmos os protocolos de atribuição de competências às Juntas de Freguesia e o seu respetivo envelope financeiro. Na altura nós negociávamos e tinha proposto um valor substantivo diferente daquele que foi atribuído. E na altura, talvez, vamos ver a conjuntura, estamos no início da crise, estamos em dois mil doze. De facto muita coisa mudou e então com este partido, agora com este governo as coisas são uma maravilha, é tudo a distribuir. Oh senhor presidente, quando é que começa a distribuir? Nós desde dois mil e nove, que eu me lembre, que eu fui para a Junta, tivemos um corte de mais de vinte por cento nas transferências. Em dois mil e doze negociamos o envelope financeiro com as competências ainda mais reforçadas, algumas delas, mantendo basicamente o mesmo valor, havendo apenas ajustes em algumas freguesias que precisavam de algum tipo de ajuste e foi meritório, foi justo. Desde aí mais nada. Cinquenta mil euros, que era o que era pedido. Cinquenta mil euros era uma festa a distribuir pelas Juntas, para algumas dava muito jeito. Eu gostava de saber o porquê de não ter sido aceite esta proposta, o porquê de mantermos tudo na mesma.» -----

----- Intervenção do Sr. Armando Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas Santo Estevão: «Senhor Ferro, também trago aqui algumas palavras porque de facto já lá vão três anos, já estamos a três anos das eleições, já tivemos tantas Assembleias, eu comecei a falar nestas Assembleias há muito pouco tempo, mas acho que há pouco tempo que venho a falar, venho dizer algumas coisa de facto são ditas e ditas no sitio. Eu queria perguntar ao senhor, não tenho que perguntar, primeiro tenho que solicitar ao senhor presidente da Assembleia pela paciência que tem,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

porque vir aqui com dez ou doze páginas para ler é fácil. A pergunta era esta, o senhor preocupa-se com o orçamento ou preocupa-se com o Dr. Leonel Vieira? É que o senhor, com todo o respeito que tenho por si, o senhor pela idade que tem, prova que tem muito mais tempo do que quase todos nós que aqui estamos, e se calhar são coisas que até passam pelo senhor durante a semana. Portanto eu acho que a preocupação do senhor aqui não passou pelo orçamento, passou por um ataque ao Dr. Leonel Vieira. Era isso que eu gostava que dissesse, se o tema era o orçamento ou era o Dr. Leonel Vieira?» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia, restantes membros, senhor presidente de Câmara. Eu não estaria para falar neste ponto mas dadas algumas situações aqui relatadas terei mesmo que falar. A última questão que ouvi aqui do senhor presidente de Junta, o senhor Dr. Fausto Oliveira é que o atual governo é sempre a distribuir. Mas eu acho que a mensagem que vocês andam a passar é o contrário, que a austeridade ainda não acabou, querem fazer passar isso, se calhar amanhã ainda vão dizer: atenção portugueses a austeridade ainda não acabou. Decidam-se, ou é sempre a distribuir ou é sempre a carregar na austeridade. Depois, e honra seja feita ao Dr. Filipe Barbosa, foi o único que eu ouvi aqui a dizer alguma coisa consentânea com os que são os documentos previsionais. Porque ele próprio admitiu que os documentos previsionais ao contrário dos senhores vereadores na reunião de Câmara, ao contrário das outras intervenções, os documentos previsionais são previsões, se vai gastar x mil euros ou x mais um, é uma previsão que só depois é que se irá ter a certeza, há rubricas meramente indicativas, claro que há, se disser o contrário não percebe nada de economia ou finanças. Ou é um escândalo dizer tal coisa? Eu acho que é o contrário, então vocês se lerem o ponto três, nem diz orçamento, diz documentos previsionais, o que é que são previsões? Era só isto que neste ponto queria dizer. Depois quando não há planeamento, não há nada, é lógico que cada um tem as suas vidas e às vezes não percebo algum dramatismo, mas pega-se aqui nisto e olha-se e vê-se o que é que está proposto para ser feito no PPI. Eu abri à sorte, requalificação integral da EB 2/3 de Cristelos; beneficiação da EB 2/3 de Caide de Rei; beneficiação da EB 2/3 de Nevogilde; beneficiação desde a Rotunda da Juventude à EN116 Lodares; beneficiação da Rua de Santana em Boim até à Estrada Nacional em Meinedo; requalificação do espaço público na Av. do Santuário à Av. do Alto do Fogo. Quer dizer, isto não são as ações que nós nos propomos a fazer, eu não sei qual é o motivo de riso ou gozo, o que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

seja. Está aqui, querem um plano de atividades, está aqui. Eu sinceramente não estou a perceber. Agora é lógico que os senhores presidentes de Junta, o senhor presidente de Câmara tem os constrangimentos inerentes, o governo, etc., que não irão com certeza fazer tudo, não terão dinheiro com certeza para fazer tudo. E isso, obviamente, faz parte da tarefa dos eleitos. E sem querer falar propriamente da declaração de voto da coligação, eu não tenho opção nenhuma por ninguém, mas reparei e até com agrado, na declaração de voto da coligação. Porquê? Porque diz que discorda de três motivos fundamentais: o aumento de dez por cento de transferências para as Juntas, é lógico como o senhor presidente disse, o desejo de todos nós não era aumentar dez, era aumentar cem, se houvesse essa possibilidade. Agora, contudo sabem que os acordos de execução foram feitos há quatro anos mantêm-se. Agora isso não impede de a Câmara, obviamente, ajude as Juntas conforme for necessário e for possível para cada uma das partes. Acho que aí não haverá qualquer questão. E até um investimento na freguesia, por exemplo, dar dinheiro a uma junta e subsidiar uma associação dessa freguesia, é investimento nessa freguesia também, e há um aumento para as associações. Estou a ver o senhor presidente de Macieira, investiu-se no campo de Macieira, se calhar também queria que o valor fosse aumentado para a Junta, mas é investimento que está a ser feito em Macieira. Quem diz isso, diz outro. O valor para concluir o pavilhão do Vale Mesio, na declaração de voto está esclarecido a rubrica onde essa se encontra, é um não assunto. Depois uma verba suficiente para requalificar algumas ruas em Casais e Nevogilde, que eu também acho que está lá. Portanto temos três questões que são discordantes, quase que vos incitaria a votar positivamente este orçamento. Porque depois o que dizem lá, e concordam, concordam com a reparação da rede viária; requalificação da Vila da Aparecida; os cinco sintéticos; as obras de eficiência energética, LED's; as EB 2/3; renaturalização das margens do rio, etc. Isto parece-me um sinal francamente positivo para este orçamento. No meio de tantas críticas há uma declaração oficial da coligação que parece-me positiva. Depois há aqui outras coisas que obviamente e para ser rápido que me causa alguma estranheza, porque dizem sempre que os empréstimos vão ser pagos a partir de dois mi e dezanove e quem vier atrás que feche a porta. Já diziam isto no mandato anterior e quem veio atrás fomos nós. E depois esquecem-se também que na altura isso foi explicado, quando foram aprovados os empréstimos, que o valor pedido dos empréstimos, esse valor era menor, que aquele que já foi liquidado neste mandato. Nós também estamos a pagar a dívida, não a estamos a empurrar com a "barriga para a frente". As dívidas são para se pagar. Vocês estão-se a rir mas isto é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

coerência, há bocado quando o Dr. Filipe Barbosa disse que agora já não há problemas com o FAM. Há problemas, está lá na declaração de voto do senhor presidente de Câmara do Partido Socialista. É nossa coerência, nós não concordamos com o Fundo de Apoio Municipal, andar a pagar as dívidas dos outros. Não concordamos com o governo de Passos Coelho quando disse isto e não concordamos com o Governo de António Costa quando continua a dizer isto. Depois há aqui uma outra questão, peço desculpa estar a falar assim dos pontos um bocado aleatórios, mas há algo que eu reparei, que relativamente ao mercado municipal, a reabilitação que é proposta neste plano plurianual de investimentos, uma intenção, estão a ver, a coligação diz que é frontalmente contra, (Sim é uma intenção, são documentos previsionais é o plano plurianual de investimentos), é uma posição que lhe assiste, mas qual é a solução, dizem que é construir um ali na zona ou ao lado, onde quer que seja. Para que é que servirá o mercado? Para associações. Uma coligação que tanto critica o centralismo quer centralizar as associações todas naquele sitio. É algo que eu continuo sem perceber. Depois para contrabalançar e até para que fique registado, mais uma vez o agrado na declaração de voto, é que há uma frase que me chamou à atenção, e que diz na declaração de voto, em que este orçamento é um orçamento centralista, agora menos, é com algum regozijo que reparo no reconhecimento, ainda bem que ficou um bocadinho incomodado. O “agora menos” foi para nós cinco estrelas e muito obrigado. Estou a brincar obviamente.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «O meu colega Filipe Barbosa há bocado não completou a gíria da bola e eu vou completar, são dezoito de um lado, dezoito do outro e no final ganha o PS, toda a agente sabe isso. Eu, Filipe, espero que não estivesse a falar por todos, estava, pronto, ótimo eu tenho que lhe dizer uma coisa, eu fico tão escandalizado como a Cidália pelo facto de vocês colocarem o Pedro Passos Coelho à frente dos lousadenses que votaram em vós para os representar. Deixe-me terminar, mas eu percebo isso, eu percebo o porquê de vocês o fazerem, é porque o Pedro Passo Coelho amanhã vai fazer o tal “striptease fiscal”. É por isso que vão todos, é isso? É bom que na próxima campanha eleitoral, que vocês já estão aí todos em pulgas, vocês digam aos lousadenses que no dia em que foi marcado para vocês virem para cá representá-los, vocês preferem ir ver o Dr. Passos Coelho ou preferem ficar em casa a tomar conta dos filhos ou do marido ou da mulher ou de quem quer que seja. Porque certamente que há muito mais pessoas válidas no concelho, disponíveis para assumir esse cargo e não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

para virem para aqui lamentar-se. Essa é a primeira coisa. Eu compreendo as motivações de todos. A segunda coisa que eu não pude deixar escapar foi a intervenção do presidente da União de Freguesias de Alvarenga, Nogueira, Pias e Silvares. Alvarenga sempre em primeiro lugar como devem calcular, os últimos serão os primeiros. Senhor presidente isso é aquilo que o senhor presidente de Câmara não faz, que é distribuir dinheiro. Eu sei que é isso que vocês querem fazer e é isso que vocês têm planeado fazer. Mas não é isso que nós temos, eu sei que você quer que a gente distribua aos rodos e nós não queremos fazer isso. Nós queremos ter as contas em ordem, as contas certinhas, as contas direitinhas. É muito fácil gastá-lo, é a coisa mais fácil do mundo e não falta aí pessoas com competência para gastar o dinheiro muito mal gasto. Não se preocupe com isto. Para apresentar contas como este município apresenta é que já não há assim tanto. E por isso é que nos rankings oficiais que saem, Lousada está lá em cima e os outros estão lá para baixo. E para terminar deixe-me dizer-lhe uma coisa, olhe, o PS em Lousada, nós sempre fomos muito democráticos e há uma questão que vocês não podem escamotear, que é, o Dr. Filipe Barbosa dizia, quem é que vocês ouviram para fazerem os documentos previsionais, quem é que auscultaram. Meus senhores quem é que aos presidentes de Junta que estão aqui auscultaram para fazer os documentos das freguesias deles, auscultaram o povo, são eles que estão com o povo todos os dias, mais, os senhores não se podem esquecer que no início do mandato houve um programa eleitoral que foi sufragado e é esse programa eleitoral que está a ser cumprido não é o programa que foi aprovado pelo partido comunista chinês, há dois anos, não. E mais, foi o próprio Dr. Filipe Barbosa que admitiu aqui. Nós tanto que somos democráticos que até apanhamos as vossas ideias, são válidas. (Roubamos, pode ser). Roubamos, se são boas há que roubar, mas deixe-lhe dizer outra coisa, há uma que nós não roubamos, não roubamos a ideia de fazer um parque de estacionamento debaixo do Senhor dos Aflitos, essa não, todas menos essa. Agora, eu não vejo nenhum problema de lealdade democrática, sabedoria até, de aproveitar aquilo que são boas ideias e de as fazer aprovar. Vocês é que têm problemas com isso, porque de cada vez que é feita alguma coisa, vocês vêm aqui e, isso fui eu. O PS até executa uma ideia que estava no seu programa eleitoral, vocês chegam aqui e, vocês fizeram porque nós dissemos. Vocês tem de estar sempre lá no topo. E esquecem-se que existe um programa eleitoral, que esse programa eleitoral foi sufragado e que esse programa eleitoral tem necessariamente repercussões naquilo que são os documentos previsionais, naquilo que é o orçamento. Mais, tem repercussões aquele que é o quotidiano dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

lousadense nas próprias adaptações que são necessárias fazer a esses documentos. E portanto estamos assim tão mal? O Nelson fez questão eu nem teria vindo para aqui dizer isso, fez questão de enumerar uma serie, alguém vai dizer que as obras que estão ali previstas não são necessárias no concelho? Muitas mais e dinheiro houvesse e dinheiro a rodos. Agora venham aqui dizer uma obra que esteja ali que não é necessária. Vocês disseram que não sabem quais são as obras. As obras estão todas escritas. Venham dizer aqui, uma, obra que esteja nos documentos previsionais que vocês achem que não deva ser realizada e ao mesmo tempo digam a esta Assembleia assim, em detrimento daquela obra nós propomos esta, e nós aqui sufragamos, ou não. Propostas, apresentaram? Boia» -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Muito rapidamente começando pelo senhor Armando Silva. Eu ainda vou falar sobre o orçamento, mas há bocado falei sobre aquilo que o Dr. Leonel Vieira disse sobre o orçamento. E o senhor veio aqui falar sobre aquilo que eu disse em relação ao Dr. Vieira sobre o orçamento. Acho que ainda está mais longe da discussão do orçamento do que eu. A seguir vou falar sobre o orçamento, depois de algumas pessoas terem tentado aqui fazer uma fuga para a frente ou um andar à volta do orçamento, porque de facto não estavam preparados para a discussão do orçamento. Mas aprendi aqui uma coisa, um novo conceito de machista, vou tomar apontamento sobre o seu conceito de machismo. Aliás a senhora não é a única que está na Assembleia desse lado, nem todos são mães de filhos, há aí pais, tudo isso. Mas adiante não vale a pena falar sobre esses conceitos, realmente é uma perda de tempo eu estar a falar sobre isso. Da proposta de orçamento para dois mil e dezassete, documento dinâmico ao longo do período em que vai vigorar, elaborado com bastante rigor e realismo num quadro de grandes constrangimentos, proposta essa assente num planeamento devidamente elaborado, e sustentada em auscultações contínuas ao longo dos anos a todos os intervenientes no processo, podemos tirar as seguintes conclusões: É evidente o controlo da “dívida total” e a manutenção do equilíbrio financeiro, num quadro de abaixamento dos impostos municipais. De facto, propõe-se para dois mil e dezassete: Uma nova redução da taxa de IMI, agora para zero virgula três por cento, valor mínimo permitido, a redução do valor do IMI a pagar, através de uma dedução fixa de setenta e cinco euros, para as famílias que tenham três ou mais dependentes, a manutenção da redução de um por cento na coleta do IRS, assim como, a isenção da derrama às empresas, em sede de IRC. Mesmo assim, e apesar de uma cada vez maior assunção, por parte da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

autarquia, das obrigações de carácter social da responsabilidade do Estado, o município de Lousada continuará a gozar de um equilíbrio financeiro invejável, ao contrário do afirmado pelo senhor vereador, Dr. Leonel Vieira. De facto, a capacidade de endividamento de Lousada é, perante a lei, da ordem de mais cerca de vinte e dois milhões de euros para além do atual. Isso quer dizer que por lei o município de Lousada ainda se podia endividar mais vinte e dois milhões de euros. A previsão do valor da “receita total” ascende em dois mil dezassete a trinta milhões, duzentos e oitenta e sete mil euros, representando um acréscimo de doze vírgula nove por cento relativamente a dois mil e dezasseis, com especial relevo para a “receita de capital” que aumentou sessenta virgula nove por cento, resultante do grande aumento na apresentação de candidaturas relativamente a dois mil e dezasseis, ano que ficou prejudicado pelo grande atraso no processo de candidaturas, da responsabilidade do anterior governo. A “receita corrente” volta a aumentar, quatro virgula três por cento mais perto de um milhão de euros. É de relevar não só o aumento previsto de mais de seiscentos e quarenta e oito mil euros das “transferências correntes”, como também dos “impostos indiretos”, mais de quarenta e nove mil euros, das “taxas, multas e outras penalidades”, mais de duzentos e quarenta e dois mil euros e das “vendas de bens e serviços correntes”, mais de cento e setenta e sete mil euros, variações indicativas do aumento da atividade económica no concelho. A “despesa total” prevista de trinta virgula duzentos e oitenta e sete milhões de euros, corresponde a um aumento global de doze vírgula nove por cento, sendo que a “despesa de capital” sofrerá um incremento de perto de três milhões e quatrocentos e cinquenta mil euros, motivado naturalmente pelo facto de a previsão da receita ser maior. O peso do valor das “Despesas Correntes” na “despesa total”, diminuiu em oito virgula dois pontos percentuais, assim como o das “despesas com o pessoal” em três virgula dois pontos percentuais, mantendo-se uma estrutura das “despesas correntes” idêntica à dos anos anteriores. E, no “orçamento real”, senhor vereador, Dr. Leonel Vieira, o valor de sete milhões e cento e quarenta mil euros, classificado como “despesa corrente” no Departamento de Obras e Ambiente, e que deveria ser permitido classificar como “despesa de investimento”, porque se as obras tivessem de ser feitas por empresas não da Câmara, elas eram “despesas de investimento”, teria então um efeito ainda mais positivo no valor das “despesas de investimento”, pois aumentaria o seu valor total, e ainda mais negativo no valor das “despesas correntes”, pois diminuiria o seu valor total. O que contribuiria ainda mais para a diminuição do peso da “Despesa Corrente” na “Despesa Total” e aumentaria nesta ainda mais o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

peso da “Despesa de Capital”. O acréscimo do investimento, “Aquisição de Bens de Capital” está previsto ser na ordem de três vírgula cinco milhões de euros, podendo ainda ser aumentado com novas candidaturas a apresentar durante o ano de dois mil e dezassete, assim como do valor de “Saldo de Gerência”. Nos mapas da despesa por classificação orgânica são de evidenciar os aumentos da despesa proposta no Departamento de Obras e Ambiente mais trinta e três vírgula sete por cento, que em dois mil e dezasseis, com uma despesa total a rondar os doze vírgula cinco milhões de euros, e no Departamento de Comunicação, Património, Cultura, Educação, ação social, Juventude, Atividades Económicas e Turismo, aumentou em nove vírgula seis por cento, com uma despesa de mais de oito vírgula cinco milhões de euros, valores que evidenciam, de forma inequívoca as grandes preocupações e apostas do município. Isto faz parte de estratégia. De referir ainda, que, nos mesmos mapas, podemos verificar que na Divisão de Comunicação, Património, Cultura, Educação e Desporto, e sublinho aqui a educação e desporto, as rubricas “instituições sem fins lucrativos” e “famílias” sofreram aumentos de setenta e dois por cento e de setenta vírgula um por cento respetivamente, comparados com os de dois mil e dezasseis, fazendo parte também daquilo que se chama estratégia, opções políticas. Do plano plurianual de investimentos, para o ano de dois mil e dezassete, obedecendo aos mesmos princípios orientadores, ressalta a distribuição equilibrada dos mesmos por todas as freguesias do concelho e áreas de intervenção da responsabilidade do município. É ainda justo enfatizar a aposta evidenciada na continuação da implementação do plano estratégico de eficiência energética, a intervenção na rede viária, a requalificação urbana na Vila de Aparecida, as obras de beneficiação da EB 2/3, a intervenção nas margens do Rio Sousa, a requalificação de diversos parques desportivos com a instalação de pisos de relva sintética, aliás, propostas aplaudidas pela oposição, o que juntamente com as considerações anteriores, justificaria a votação favorável, em vez da abstenção anunciada por parte da coligação PSD/CDS. Finalmente, no relatório de apresentação do orçamento de dois mil e dezassete, podemos ler o seguinte: “O rigor e transparência na gestão e a correta e cuidada aplicação dos dinheiros públicos constituem os princípios fundamentais da política orçamental deste município. Neste enquadramento, o controlo da dívida total, bem como a seletividade da despesa municipal, continuarão a ser os vetores centrais do orçamento municipal, a par com o desenvolvimento social, económico e cultural. A proposta de orçamento do município de Lousada para o ano de dois mil e dezassete, tem em conta esses pressupostos, o contexto macroeconómico nacional, bem como as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

prioridades do atual executivo, definidas no início do seu mandato”. Por todos estes motivos, o grupo municipal do Partido Socialista, irá votar favoravelmente, as propostas do orçamento e do plano para dois mil e dezassete. Há bocado esqueci-me de comentar as afirmações de que os orçamentos não serviam de nada na prática porque aprovavam-se e depois não se cumpriam. Em abril voltamos a ver os altos indices de cumprimento deste orçamento, conforme já vimos nos anos anteriores, referentes a orçamentos anteriores.» -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Eu queria esclarecer aqui e demorarei muito pouco tempo. Eu quando fiz um parêntesis fui claro e disse que iria inaugurar um momento de demagogia e populismo e depois parece que abri a porta e foi por aí fora. Mas eu reafirmo o que disse, se marcassem a Assembleia para amanhã, nós faltaríamos, e a razão era muito simples. A atividade de amanhã está agendada há semanas. As pessoas depois interpretariam o agendamento em cima de uma atividade, há muito tempo marcada pela coligação, neste caso pelo PSD, não é da coligação, interpretariam o agendamento da Assembleia Municipal para a mesma data como muito bem entendessem, e depois interpretariam a falta dos deputados municipais do PSD também como muito bem entendessem. Agora, eu louvo como disse, não só o sentido democrático e o diálogo, como louvo em determinado aspeto o sentido pragmático da questão. A verdade é exatamente essa, nós temos isto agendado há semanas. Por isso agendar em cima, significaria o que toda a gente quisesse interpretar.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Antes de começar a responder às interpelações que me fizeram queria sublinhar algumas notas que constam da minha declaração de voto, e que eu acho que é importante para depois votarem em consciência este ponto da ordem do dia. Começando por dizer que teremos mais um ano de dificuldades, ou seja, apesar do município ser um município de boas contas, a nossa gestão não é fácil. A nossa gestão tem que fazer face a uma série de constrangimentos. Constrangimentos esses que derivam desde logo do corte sucessivo das transferências que houve ao longo de muitos anos. O senhor presidente da Junta, Dr. Fausto, referiu que houve um corte de vinte por cento para as Juntas, mas os cortes foram para toda a gente, para os funcionários públicos, para os cidadãos, para as câmaras, para as Juntas, para todos. Portanto tivemos que fazer um esforço para nos adequarmos a essas circunstâncias. E em dois mil e dezasseis, neste ano, o município ainda está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

a receber menos um milhão do que recebia em dois mil e dez das transferências do Estado, ou seja, Fundo Social Municipal, IRS e FEF. Tem subido ligeiramente, ano a ano, mas no próximo ano, mesmo assim, ainda serão menos setecentos mil. Para além desses cortes que houve nas transferências do Estado para os municípios, como sabem, temos sucessivamente, de ano para ano, abdicado de receita. Temos abdicado de receita de IRS e de IMI, e cada vez mais, sendo que no próximo ano já vamos ter a taxa mínima. E sempre disse aqui também que contrariamente àquilo que a coligação dizia, o facto de ter existido uma avaliação geral da propriedade urbana, não ia determinar forçosamente o aumento da receita. Nós no ano passado recebemos menos setenta e quatro mil euros do que tínhamos recebido no ano anterior, e este ano as nossas previsões são de menos duzentos e tal mil euros, porque face à receita que recebemos até novembro dá para fazer essa estimativa sem grande margem de erro, e com esta baixa que hoje vamos aprovar de reduzir novamente a taxa de IMI para o mínimo vamos abdicar de mais de duzentos mil euros. Portanto comparando aquilo que é a receita de IMI de dois mil e dezassete para aquilo que foi em dois mil e catorze, estamos a falar de mais de meio milhão de euros. Naturalmente que este esforço que estamos a fazer é muito importante, para os nossos munícipes, porque alivia, e de que maneira, as suas finanças, mas depois causa-nos muito constrangimento, porque deixamos de fazer muitas obras ou de as fazer nos *timings* em que gostaríamos de as fazer. Queria deixar aqui esta nota que me parece muito importante. Depois julgo que foi o Dr. Filipe Barbosa que disse que supostamente alguém teria dito – eu não fui seguramente – que mudando o governo acabaria logo o FAM. Nunca ouvi ninguém, pelo menos da nossa bancada – e eu próprio –, a dizer isso. O certo é que o governo mudou e o fundo de apoio municipal continua, pelo menos por enquanto. Fala-se que poderá ser revisto no segundo semestre do próximo ano mas de concreto não há nada. E portanto o facto de ter mudado o governo não muda as nossas opiniões, e por isso é que eu refiro nas minhas declarações de voto a questão do FAM, como refiro também, neste ponto, a questão dos municípios de uma maneira geral se terem sentido obrigados, nos últimos anos, a fazer face a despesa que não era usual terem, que é a despesa com o apoio social ou melhor os municípios já tinham essa despesa, mas houve um agravamento exponencial, e porquê? Porque o Estado conforme eu disse na minha declaração de voto – e não é pelo facto de o governo ter mudado que eu vou mudar de opinião –, demitiu-se das suas funções sociais e como todos nós sabemos e nomeadamente os senhores presidentes de Junta saberão muito bem isso, há muitos dos nossos concidadãos que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

não fosse a ajuda que recebem do município, ao nível da alimentação e da medicação, passariam muito mal. E, por isso, é um esforço que de uma maneira geral os municípios estão a fazer e que Lousada também o tem feito e que depois, claro, nos consome recursos e que nos cria os ditos constrangimentos, para depois fazer obra e fazer investimento. Outra nota importante deste orçamento é que de facto mantemos intocáveis as despesas com o apoio social, assim como mantemos intocáveis também as transferências para as freguesias, e para as coletividades, e neste ano até se prevê um reforço. Depois as despesas correntes mantêm-se com valores idênticos, havendo uma diminuição das despesas com pessoal, mas depois no ponto do mapa de pessoal poderemos falar melhor sobre isso, mas é uma redução que tem vindo de ano para ano. E é importante também referir que este plano é, conforme eu disse na minha declaração voto, muito ambicioso no que respeita ao investimento. Eu confesso que estive a ouvir com muita atenção todas as intervenções e fiquei com a clara ideia de que muitas das pessoas que falaram sobre este assunto não percebem nada do mesmo, e adiante já vou explicar. Não compreendo, isto são documentos de fácil leitura, qualquer pessoa que esteja minimamente por dentro do assunto ou que tenha alguma experiência autárquica, nomeadamente por exemplo os senhores presidentes de Junta podem perfeitamente olhar para o PPI e percebê-lo, porque uma coisa são verbas “definidas”, outra coisa são verbas “não definidas”. Portanto todas as obras que estão aqui com verba “definida” são obras para executar naquele ano. É o caso por exemplo de uma obra que o senhor presidente da Junta Dr. Fausto referiu, a pavimentação da via de acesso à EB1JI da Boavista, está ali com verba “definida”. Aliás esta obra, como muitas outras, como é o caso que referiu de Ordem-Sousela, já está já adjudicada. Essa obra de Ordem-Sousela constou de facto durante alguns anos no PPI, porque sempre consideramos esta obra importante, estrutural, mas infelizmente até agora não se encontrou a solução do ponto de vista do financiamento para mesma. Não foi possível enquadrá-la nos fundos comunitários e por isso é que ela constava sempre no PPI, como verba “não definida”. Aliás a exemplo de muitas outras obras que aparecem aqui, que estão previstas executar ao abrigo deste novo quadro comunitário mas que estão ainda com valores por definir, porquê? Porque só à medida que as candidaturas vão aparecendo é que nós podemos apresentar essa dita candidatura, e do ponto de vista orçamental, prever então uma componente de fundos comunitários de oitenta e cinco por cento e depois quinze por cento de componente nacional. Portanto é muito fácil pegar no PPI e ver as obras que vão ser feitas no próximo ano, ou então, obras que sejam feitas em dois mil e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

dezassete e se prolonguem para dois mil e dezoito. O PPI é justamente para isso, para fazer esse escalonamento. Todas as outras que constam como “não definidas” até podem arrancar já em dois mil e dezassete e algumas delas vão arrancar, mas só depois da aprovação das candidaturas é que nós podemos reforçar estas rubricas. Queria ainda dizer que há aqui três áreas que se destacam claramente das outras em termos de investimento, é o caso da iluminação pública, e a este propósito tenho boas notícias. Já o disse aqui, julgo eu, numa Assembleia Municipal anterior, que tivemos que anular o concurso público para aquisição das luminárias LED e abrimos um novo. Já foi feita a adjudicação deste segundo concurso. E portanto agora são só aquelas formalidades de garantia, visto do tribunal de contas, e nas próximas semanas teremos condições para avançar. Merece também destaque as instalações desportivas e a rede viária, com investimentos avultados para o próximo ano. Esta proposta que está aqui com valores bem definidos em termos de investimento poderá, e será quase de certeza, ser muito superior porque há candidaturas que já estão a abrir e portanto nós vamos ter aqui reforço de verba significativo. E depois temos sempre também outras rubricas que são reforçadas com a utilização do saldo de gerência, como aliás é normal. Isto é um documento previsional como foi aqui dito, mais importante ainda é depois perceber a sua execução aquando da prestação de contas. Não deixa de ser importante este documento, mas lá está, é um documento previsional. Uma nota ainda sobre a questão das zonas industriais. Foi questionado aqui, salvo erro pelo Dr. Gonçalves, se eu disse ao investidor que só tinha cinco mil euros. O senhor está a brincar com assuntos sérios. Tem lá cinco mil euros de valor definido que podem ser reforçados logo que surja a candidatura. Já o disse na reunião de Câmara que aquela área está identificada como prioritária. Aliás, hoje no âmbito da CIM tivemos connosco o presidente da CCDR, e todos os autarcas que compõem a CIM referiram a necessidade imperiosa de aligeirar este processo, porque todos nós queremos fazer investimento nessa área, e essa candidatura está a tardar. No caso de Lousada temos essa área identificada como prioritária. Aquele investimento que eu referi do empresário que atendi hoje, não se compagina com zonas industriais promovidas pelo município. Reparem que precisa de quatro hectares, e a nossa zona industrial em Lustosa, por exemplo, não tem essa área, estamos a falar de grandes áreas. Agora é preciso procurar essa disponibilidade, de preferência dentro de uma zona que esteja classificada no PDM como zona de acolhimento empresarial, para então poder ser possível construir uma área tão significativa. Depois uma nota também importante e que não foi dita aqui por ninguém, julgo eu, é que, nós vamos chegar ao final do ano de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

dois mil e dezassete, apesar de termos contraído empréstimos para a iluminação pública que aliás vão gerar uma poupança significativa e que vão diminuir a despesa corrente que nos vai permitir alocar recursos para investimento, apesar do empréstimo para a rede viária e o empréstimo para os equipamentos desportivos, nós vamos chegar a dois mil e dezassete, e mesmo assim vamos reduzir a dívida de médio e longo prazo, numa quantia superior a um virgula cinco milhões de euros. Portanto o que eu disse e continuo a dizer há aqui um conjunto significativo de investimentos que só aparecem nesta altura, porque foi a altura em que foi possível fazê-lo. Nós estivemos durante três anos a poupar para agora ter capacidade para investir. Se isto não é um ato de boa gestão, não sei o que será. Depois relativamente às questões concretas que me colocaram. A questão como é que foram ouvidas as pessoas. Nós podíamos cumprir uma formalidade, marcar uma reunião, e ok estava cumprida a formalidade, mas auscultar, não é necessariamente fazer uma reunião para cumprir calendário, o auscultar tem de ser permanente. Sempre que um senhor presidente de Junta fala comigo e me dá nota de uma determinada aspiração, de uma determinada necessidade, de um determinado problema, eu posso não ter condições para resolver no imediato mas não fica no esquecimento, logo que seja possível concretizar e resolver, nessa altura seguramente que o faremos, é isso que temos procurado concretizar, e por isso há aqui um conjunto significativo de intervenções que no fundo são o culminar de anseios antigos, como é o caso da requalificação da estrada Sousela/Ordem. Isto é para fazer e vai ser feito, aliás já está adjudicada. E portanto essa auscultação que eu estava a referir existe e sempre existiu e deve continuar a existir. Depois queria corrigi-lo, vejo aqui um hábito, enfim lamentável de pôr na minha boca aquilo que eu não disse e depois deturpar os números, não sei exatamente com que objetivo. Eu já referi, julgo que leram as atas da reunião de Câmara, a propósito dos custos deste Teatro de Rua da “Viagem do Elefante”, tenho quase a certeza que isso consta de uma ata da reunião de Câmara, custou treze mil euros, não foi trinta, volto a dizê-lo. Depois desta deturpação, o Dr. Gonçalves foi ali dizer que eu disse que me sentia frustrado com a pouca adesão do festival da juventude. Por acaso está aqui a ata da última reunião. Eu na última reunião corrigi a Dr.^a Cidália Neto e agora vou corrigi-lo a si. Eu na altura disse que queria só corrigi-la porque disse que eu reconheci o fracasso do Festival da Juventude, mas eu nunca disse isso. Eu disse é que me senti triste porque de facto estive no festival e pude confirmar que ele foi muito bem organizado, aliás a ACML está de parabéns, conseguiu um festival impecável a esse nível, em termos de organização, o cartaz também foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

interessante. Depois o que eu disse muito mais à frente foi que “ficou muito aquém daquilo que era esperado”, isto em termos de público, de adesão. E depois no fim disse ainda “não ponha na minha boca palavras que eu não disse.” E apesar de eu dizer isto na última reunião, o senhor ainda vai ali dizer, novamente, aquilo que eu não disse. Isto incomoda. Se o objetivo é incomodar, conseguiu. Não percebo porquê desta insistência de brincar com as palavras e de fazer afirmações de coisas que eu não disse. Depois ainda relativamente à intervenção do Dr. Gonçalves, perguntou que obras vão ser feitas em dois mil e dezassete. Pois é uma questão de olhar para o PPI, é fácil, aquelas que estão com valor definido, é certo que vão ser feitas, as que estão com valor por definir poderão ser feitas ou não. Sendo certo que se aqui estão é porque temos a expectativa de as fazer. Na maior parte dos casos é quase certo fazê-lo porque há uma série de avisos conforme referi que já abriram e portanto vamos apresentar candidaturas, é o caso por exemplo das intervenções nas escolas na EB 2/3 do centro, nas EB 2/3 de Lustosa, Caíde, Nevogilde; é o caso por exemplo da praça do Românico, em princípio, se a candidatura também avançar. Há aqui um conjunto significativo de obras que provavelmente já arrancarão no próximo ano. É o caso por exemplo do arranjo urbanístico da Aparecida, que não deve começar antes de agosto, por causa das Festas, mas depois convém que comece logo a seguir. Se isto não é planeamento, não sei o que é planeamento. Aliás vocês entram nessa contradição. O senhor presidente de Junta, Dr. Fausto, disse que havia aqui um conjunto desorientações porque este plano era um documento para estar na gaveta, que as obras não eram planeadas, mas depois acaba por dizer que há um conjunto significativo de obras que estavam planeadas e que não foram executadas. É uma incongruência. Se quisermos perceber é fácil de perceber, é ler os documentos e ver que tudo está planeado, com uma grande diferença, para alguns projetos há verbas que já estão definidas e alocadas e há outros projetos em que isso ainda não está assegurado. Depois para terminar como estamos no ano da misericórdia, eu dava aqui um conselho ao Dr. Fausto Oliveira, porque uma das obras da misericórdia é dar bons conselhos. Eu sei que se diz por aí que o senhor tem outras aspirações, mas o conselho que eu lhe dava é que nunca se esqueça que foi eleito para defender os interesses da população da União de Freguesias e não propriamente para ser oposição à Câmara». -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número dois do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da proposta de Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2017, com Relatório de apresentação do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Orçamento e Normas de Execução Orçamental/2017, bem como respetivo Mapa das Participações da Entidade e Plano de Atividades e orçamento para o Exercício de 2017 da Lousada Séc. XXI, conforme estabelece a alínea a), do n.º 1 do art.º 25º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro conjugado com o art.º 46º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro” -----

----- A proposta número dois foi aprovada por dezanove votos a favor e dezassete abstenções dos seguintes membros: António Carlos da Cunha Pacheco, Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto em substituição Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, Fátima Marisa da Silva Pereira, João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Manuel Campos Sousa Neto, Cidália de Lurdes Pereira Neto, António Filipe Cardoso Barbosa, José Manuel Teixeira Gonçalves, Virgínia Luzia dos Santos Monteiro em substituição de Ana Sofia Martins Bessa, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Alberto Carlos Bessa de Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, João Fernando Pinto Magalhães, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) e Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga. -----

----- QUARTO PONTO: Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2017; -----

----- Intervenção do Sr. José Manuel Gonçalves do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Eu antes de fazer a minha intervenção eu queria dar nota do seguinte: este é talvez o tema mais delicado e mais sensível que é trazido a esta Assembleia. Não estamos a falar de números e nos números podemos não concordar, como há pouco disseram, vota para cá, vota para lá e enfim, neste caso não, estamos a falar de pessoas. Eu não queria também deixar de referir de que em termos de património humano, e o património humano é muito importante. Lousada e a Câmara de Lousada tem funcionários por excelência. Posto isto, eu queria começar por questionar o presidente da Câmara, porque é que o mapa de pessoal para dois mil e dezassete foi feito no seu conjunto e não de forma sectorial, ou seja, porque é que este mapa não é feito por setores, a onde todos nós pudéssemos olhar setor a setor, departamento a departamento e vermos as reais necessidades e não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

necessidades de cada departamento da Câmara. Ao olharmos para ele no seu conjunto ficamos com reservas. Reservas essas senhor presidente, que até podem ser injustas, mas a verdade é que a forma como ele é apresentado vai-nos gerar essas questões. Eu vou-lhe dar dois exemplos, aqui como também não tive muito tempo, tive que copiar um pouco da intervenção que a Dr.^a Candida Novais fez na reunião de Câmara, vou também colocar os mesmos exemplos, para os quais já deve ter preparado resposta, mas que vão ficar aqui registadas. Continua a insistir na investida na contratação de dois técnicos superiores de sociologia, que segundo a proposta irão coordenar a Rede Social. Ora senhor presidente, é público, todos nós sabemos que a Câmara tem no terreno organismos protocolares, por exemplo, as IPSS, a Segurança Social, etc. A questão que aqui nós colocamos é a seguinte: porque é que estes recursos não estão a ser potenciados, por forma a que não seja necessário a contratação, neste caso, destes técnicos? Porque é que neste caso, por exemplo, não foi investida não foi dirigida para a contratação de um só técnico de serviço social, de um só técnico superior. Noutro caso, lá está, isto não está por setores e tivemos que andar ali a ver fala-se em nova contratação de um técnico superior de serviço social, para o referido serviço, a forma e a fundamentação achada para esta contratação, no fundo é muito pouco objetiva, é pouco rigorosa. A ideia que se dá na seleção destes candidatos e com que nós ficamos, eu não vou dizer que se está a contratar por contratar, não é isso que eu quero dizer, mas ficamos sem perceber para que área objetiva, qual a necessidade objetiva a que subsiste a estas contratações? Era isto que eu queria que nos explicasse aqui. Há, em nosso entender uma falta de relação de cooperação nos serviços com as entidades protocolares, isto coloca em causa a eficácia do recurso e verbas alocadas. Torna-se redundante e obstaculizante aos modernos processos de boa governança. Põem em causa os princípios da transparência subsidiariedade e cooperação na gestão do erário público. Reconhecemos que não é por esta demonstração em particular, que se deve pôr em causa o conjunto de postos de trabalho a prover. Há setores departamentais que realmente necessitam de pessoal operacional, atendendo ao caderno de encargos proposto, por exemplo no setor das obras, por exemplo no setor do ambiente, porque é que não se viraram para aí? Por exemplo no setor da educação, mais propriamente no apoio aos alunos e à organização escolar. Sentimos e não é a primeira vez que vimos aqui a esta Assembleia dizê-lo, de que há necessidade de criar um clima organizacional menos centralizado e mais sustentado na colaboração com as instituições do concelho. Quais senhor presidente? As Juntas de Freguesia, as associações de solidariedade social,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

neste caso de apoio aos idosos e família. Impõem-se ainda afirmar que os técnicos e assistentes operacionais desta autarquia têm que estar muito mais motivados e apoiados ao nível da formação, e com o sistema de avaliação mais justo e equitativo, caso contrário, o desempenho organizacional e a cultura da organização da autarquia não só, não deixa de ser motivadora, integradora, criando a sensação de não pertença ao grupo, que levará a alguns técnicos solicitem mobilidade para outros organismos, e impede que outros técnicos vejam na mobilidade interna para os serviços desta autarquia como desinteressante e não se revendo no modelo de organização que deveria ser agregador e motivador. Senhor presidente da Câmara, para se gerir pessoas, e estou novamente a parafrasear, é preciso gostar de pessoas. E porque nós gostamos de pessoas e reconhecemos o desempenho dos funcionários desta casa, sentimos a obrigação de fazer esta intervenção em nome da nossa consciência, como pessoas e como lousadenses.» -----

----- Intervenção do Sr.^a Cidália Neto Gonçalves do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Eu tive forçosamente que vir cá, outra vez hoje, porque a intervenção do João Correia surpreendeu-me, pela negativa. É verdade, não estava à espera, confesso que não. E é preciso clarificar uma coisa, a mensagem que veio deixar aqui e para quem está lá em cima foi essa que passou, é que esta gente tem filhos a mais, aumenta a taxa de natalidade demais. E depois não pode assumir as responsabilidades. E eu quero dizer que da parte da bancada onde estou inserida nós temo-nos feito representar, temos respeito pelas instituições e que eu saiba o deputado João Correia não tem uma assiduidade de cem por cento nesta Assembleia. E quando não vem dá a indicação para ser representado, é assim ou não? É isso que tem sucedido não nos deixamos de fazer representar.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Só um pequeno apontamento e do mapa de pessoal. Estas situações, acho que nenhuma delas é nova, isto já vinha vertido nos anteriores. A explicação já foi por diversas vezes dada e mais especificamente até nas reuniões de Câmara, as funções, mas isso depois o senhor presidente irá explicar e corrigir as dúvidas. Face aquilo que foi dito as IPSSs já são e muito tidas em conta por este município, na Rede Social, e trabalham todas em conjunto e muito bem. Agora isto parece-me simplesmente, também um bocadinho de demagogia, para dizer que isso não acontece, se calhar os funcionários não estão satisfeitos. Sinceramente vemos isso ao contrário mas é a nossa opinião e a vossa também é válida.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Mas também se esqueceram de dizer que existem muitos funcionários a pedirem mobilidade para a Câmara de Lousada e julgo eu até mais do que aqueles que saem. Portanto alguma coisa aqui poderá dizer e ser elucidativa perante esta situação. Portanto relativamente ao mapa de pessoal não haverá muito a dizer porque mais uma vez são situações já conhecidas e reconhecidas até por todos.» -----

----- Intervenção do Sr. José Manuel Gonçalves do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Ora vamos lá ver se percebi, e depois peço que explique, porque posso ter percebido mal. É de que há funcionários na Câmara de Lousada que querem sair ou que estão a sair. Eu quero perceber ou então explicita bem aqui o que tentou aqui dizer. Eu estou a colocar-lhe uma questão.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu posso ter percebido mal mas o que eu ouvi o senhor a dizer foi que os funcionários daqui sairiam em mobilidade porque não estariam satisfeitos, foi algo deste género. Eu disse-lhe que é o contrário, eu acho que o balanço é completamente inverso, há mais pessoas de fora a quererem vir para cá, tem-se recebido esses pedidos. Agora, depois se são aceites ou não isso é outra situação. Não vamos entrar em dialogo, acho que é melhor ler a ata depois.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Começando pela intervenção do Dr. José Gonçalves, porque é que se apresenta o mapa de pessoal em bloco e não por unidade orgânica. Tem sido sempre assim nos últimos anos e do conhecimento que tenho de outras Câmaras é assim que se apresenta. Não sei se poderia ser apresentado de forma diferente mas percebo porventura o sentido de voto poderia ser diferente em função dos postos de trabalho a criar. Aliás na reunião de Câmara a senhora vereadora também colocou essa questão, mas nem sei se isso é possível, mas no futuro, se for possível, em vez de trazer em bloco trazer por unidade orgânica. Mas é assim que normalmente é apresentado. Mas queria-lhe dar nota que pode votar a favor a proposta porque asseguro-lhe que todos os postos de trabalho são estritamente necessários para o funcionamento da Câmara. Conforme aqui foi dito poucos são os lugares novos, há aqui uma ou outra alteração, por exemplo no serviço social, técnico de serviço social, já constava do mapa anterior mas era um contrato a termo que depois acabou por não se concretizar sequer. Aliás há aqui muitas situações que já vêm detrás, há muito tempo, que nunca se concretizaram e não quer dizer que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

vão concretizar, porque as limitações à contratação continuam. Apesar do governo ter mudado não vivemos num tempo de folgas. Portanto temos que ter na mesma aqui essa cautela, só podemos contratar se isso vier a ser possível. E dizia eu relativamente ao técnico de serviço social há aqui um dado novo, que é o facto de ter alterado a legislação das comissões de crianças e jovens em perigo e houve um reforço de técnicos que estão afetos à CPCJ. Era uma das carências que as CPCJ de uma maneira geral no país tinham sinalizado. Alteraram a lei para reforçar o quadro das CPCJ mas lá está os municípios de uma maneira geral vão ter de dar um contributo, no caso concreto uma técnica do município passou a estar cem por cento afeta à CPCJ. Estando afeta a cem por cento à CPCJ o trabalho de serviço social que fazia até então está a descoberto. As outras técnicas têm tentado auxiliar mas é manifestamente insuficiente o número de técnicos que temos para o efeito e portanto é urgente resolver. Depois relativamente aos técnicos superiores e à Rede Social. Pois também é necessário, é uma questão que já foi discutida muitas vezes, sobre tudo na reunião de Câmara, a dita fundamentação consta inclusivamente do aviso de abertura, já vem dos anos anteriores. E portanto é estritamente necessário para que a Rede Social desenvolva um trabalho consequente, porque de nada interessa fazer-se o diagnóstico e o planeamento se depois não tivermos condições para o trabalho que se segue. E é uma falácia completa e demagógica dizer que eventualmente com uma parceria com as outras instituições, com as IPSSs e com os outros agentes sociais, se poderia retirar sinergias de outros técnicos e dispensar contratação por parte da Câmara. Isso não é verdade, se vocês tiverem o cuidado de falar com alguém desta Câmara ou de outras câmaras vão perceber que é essencial que os municípios tenham um quadro técnico nesta área, com estabilidade, para que possam de facto dar respostas a estas solicitações, a este trabalho. Um trabalho que é cada vez mais exigente, e que, aliás nós temos fortes expectativas de obter financiamento neste quadro comunitário. Infelizmente ainda não há nada de novo porque há uma série de avisos que se perspectivam para esta área e que nós queremos também aceder e portanto temos de ter este quadro técnico que nos permita estar habilitados a corresponder por um lado aos instrumentos de financiamento e por outro lado, mais importante ainda às aspirações dos nossos concidadãos. Depois o resto é conclusivo, é evidente que todos nós desejamos que os funcionários estejam motivados, é evidente que todos nós desejamos que eles tenham uma qualificação maior. Mas é muito difícil motivar funcionários com aquilo que aconteceu nos últimos anos, com o congelamento das carreiras, com a subtração dos vencimentos. E portanto é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

um mal generalizado, felizmente aqui no nosso município, apesar de todo esse revés, de todos esses constrangimentos temos de facto um conjunto significativo de colaboradores que são um exemplo, vestem a camisola. Eu fico muito contente por terem mudado de opinião e terem mudado o discurso. Ouvi aqui em Assembleias anteriores, mais que uma vez, críticas à competência dos nossos funcionários. Portanto, bem-haja Dr. José Gonçalves por reconhecer a competência e a valia dos nossos funcionários. De facto, na verdade é justa essa classificação. E dizia eu que não é fácil essa motivação e depois não haver condições para premiar o mérito, para premiar quem merece. Naturalmente que há funcionários que se destacam uns dos outros e quando não há ferramentas para os compensar é de facto muito difícil. Ao nível da formação naturalmente temos propiciado a todos eles essa formação, temos propiciado também e por vezes com constrangimentos para os serviços que beneficiem do estatuto de trabalhador estudante, que lhes dá direito não só a falta para as provas mas também para a próprias aulas, com regras e com limites naturalmente, mas temos permitido isso. Depois dizer que não têm saído funcionários daqui por mobilidade, exceto duas situações, uma é uma funcionária que está no serviço de finanças, aliás já lá está há uns anos. Aquando deste trabalho de atualização das matrizes, foi-nos pedida colaboração por parte das finanças nós cedemos, na altura três. Entretanto houve uma funcionária que foi ficando porque a chefe de finanças ia-nos pedindo encarecidamente para que ela ficasse, porque estavam numa situação muito difícil sem funcionários e que o seu trabalho era essencial. Nós fomos tolerando mas chegou uma altura em que tínhamos de resolver o assunto ou regressava ou ficava de vez. E portanto foi feito um acordo com as finanças, foi enquadrada formalmente em termos de mobilidade e daqui a alguns meses vai perfazer o prazo para que essa mobilidade fique consolidada definitivamente. Para além disso só houve agora, recentemente, uma situação de um engenheiro civil, mas foi por razões pessoais porque foi viver para longe daqui de Lousada, e portanto não era compatível a sua nova residência com este local de trabalho. O que temos assistido, sim, é exatamente o inverso, tem havido um número crescente de funcionários que têm solicitado vir para o nosso município trabalhar.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número três do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2017, conforme estabelece o nº 4 do art.º 29º da Lei nº 35/2014 de 20 de junho conjugado com a alínea o), do nº 1 do art.º 25º, da Lei nº 75/2013 de 12 setembro, bem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

como a não previsão de verbas para alteração de posicionamento remuneratório obrigatório, para alteração de posicionamento remuneratório-opção gestonária e para a atribuição de prémios de desempenho aos trabalhadores, por questões de restrição orçamental, de acordo com o artº. 18º da Proposta de Lei do Orçamento para 2017, que prorroga os efeitos dos art.os 38º a 42º, 44º a 46º e 73º da Lei nº. 82-B/2014” -----

----- A proposta número três foi aprovada por dezanove votos a favor e dezassete abstenções dos seguintes membros: António Carlos da Cunha Pacheco, Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto em substituição Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, Fátima Marisa da Silva Pereira, João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Manuel Campos Sousa Neto, Cidália de Lurdes Pereira Neto, António Filipe Cardoso Barbosa, José Manuel Teixeira Gonçalves, Virgínia Luzia dos Santos Monteiro em substituição de Ana Sofia Martins Bessa, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Alberto Carlos Bessa de Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, João Fernando Pinto Magalhães, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) e Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silhares, Pias, Nogueira e Alvarenga. -----

----- QUINTO PONTO: Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2017 -----

----- Intervenção do Sr. José Manuel Gonçalves do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «É evidente que nós neste ponto vamos votar favoravelmente, e desde já lhe digo senhor presidente da Câmara, bem-vindo ao populismo e bem-vindo à irresponsabilidade. Uma vez por todas, isto porque, não desde há quatro anos, não desde há oito anos, não desde há doze anos, a coligação “Lousada Viva” neste caso o PSD com ou sem coligação, sempre defendeu de que a taxa a ser aplicada em termos de IMI neste concelho deveria ser a mínima. Nesta Assembleia foram ditas coisas piores do que chamar-nos populistas e irresponsáveis. Quando, e eu noto, a sua intervenção em reunião de Câmara, em que concretiza que em dois mil e treze a Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

deixou de arrecadar “Y”, em dois mil e catorze a Câmara deixou de arrecadar “XPTO”, em dois mil e quinze a Câmara deixou de arrecadar “X”. Eu coloco-lhe a pergunta ao contrário senhor presidente, quanto custou às famílias lousadenses e aos lousadenses o facto de o senhor quando foi eleito não ter tomado a medida que a coligação “Lousada Viva” defendeu? Ou seja, nestes últimos quatro anos quantos milhares de euros é que as famílias lousadenses deixaram de ter nos seus bolsos para fazer face às suas necessidades básicas diárias? Senhor presidente, eu não vou dizer que mais vale tarde do que nunca, eu acho que não, até nem concordo muito com esta afirmação que foi feita por um vereador da coligação em reunião de Câmara. Há aqui e se formos ao conceito de preocupações reais com a situação social e económica dos lousadenses, uma negligência manifesta. Porque olhe senhor presidente, quando o senhor há pouco disse de que se sentia ou se sentiu triste com a pouca adesão a festivais, eu coloco-lhe a pergunta ao contrário, não terão sido os lousadenses a dizer-lhe a si, esses sim, que estavam tristes, desiludidos. E agora palavras minhas e não suas porque não o quis incomodar com palavras que não disse e pelos visto não disse e daí me retrate neste momento, da má utilização de valores que foi feito em “festas e festinhas” ao longo destes anos pela Câmara, com dinheiro que não deveria ter saído dos bolsos dos lousadenses para o seu dia-a-dia e que é utilizado e dirigido por este executivo camarário para “festinhas, festões e festas”.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «A nossa posição relativamente ao IMI foi sufragada em dois mil e treze pelos eleitores. E nós sempre dissemos que iríamos reduzir paulatinamente o IMI, nunca mentimos, nunca dissemos o contrário. Íamos reduzir até ao mínimo legal ao longo dos quatro anos. Nós não mentimos a ninguém, nem temos que ver quanto dinheiro é que fizemos com que as pessoas poupam. Nós sempre dissemos isso às pessoas nas urnas, está no nosso programa e cumprimos. Fomos reduzindo, passo a passo, até ao mínimo legal previsto, mais sério do que isto não há. Nós não tentamos ludibriar ninguém, não mentimos a ninguém, está a ser feito, muitos parabéns, iremos votar favoravelmente.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu só quero que me digam uma coisa, isto jogar com pontas de lança suplentes normais é um bocado complicado. E depois a tática não entrosa. E eu vou explicar porquê. É que, diga-me uma pessoa do nosso concelho que tenha deixado de comer para pagar o IMI. É que antes de ela



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

deixar de comer provavelmente vende a casa. E mais, supostamente há uma isenção para casas até setenta e tal mil euros. Portanto se o senhor deputado diz que há pessoas que deixaram de comer por causa de duas ou três décimas de aumento de IMI, que é a diferença para a taxa mínima, que veio sendo paulatinamente reduzida, diga-me uma pessoa que deixou de comer, que é para nós vermos o que é que se passa.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Não há de ser fácil para quem é oposição ser confrontado com propostas como esta. Eu percebo isso e nessas circunstâncias vou dar aqui uma tolerância. Mas como disse o Nelson e muito bem, esta proposta cumpre na íntegra aquilo que foi o compromisso que assumimos com os lousadenses. Nunca dissemos que iríamos reduzir para o mínimo no primeiro ano, dissemos que íamos reduzir gradualmente a taxa até ao mínimo legal. E foi exatamente isso que fizemos. Aliás mesmo antes do início deste mandato já estávamos a fazer esse trabalho, estávamos a reduzir gradualmente. E porque é que não o fizemos antes? Por aquilo que sempre dissemos, ou seja estávamos numa situação complicada, tínhamos perdido muita receita de IMI, e como se não bastasse termos perdido muita receita de IMI, tínhamos perdido receita no que respeita às transferências do Estado. E depois meus amigos, eu não percebo essa incongruência de criticar porque se devia fazer mais investimento, porque o município só tem dois vírgula cinco milhões euros para investimento, e depois aquilo que são as receitas mais palpáveis a que os municípios podem aceder, desconsiderá-las conforme se desconsideram. Porque é que nós fizemos isto apenas agora? Porque de facto foi necessário ano a ano esperar que o resultado, também daquela avaliação geral da propriedade urbana, porque verdade seja dita, se não fosse aquela avaliação geral da propriedade urbana o problema ainda era maior, porque a perda de receita seria bem superior. Mas na altura quando nos desafiaram a baixar logo para mínimo com esse argumento de que a receita ia disparar, nós sempre dissemos, não, isso não vai acontecer, isso não é prudente, a receita de IMI é fundamental para este município e para todos os outros. Nós já temos essa benesse para todos os nossos concidadãos que é o facto de termos coeficientes de localização muito baixos, que determinam o valor patrimonial dos prédios muito inferior aos municípios que nos rodeiam, por decisão e por iniciativa desta Câmara Municipal, que em dois mil e cinco decidiu reduzir os coeficientes de localização, cientes de que já estávamos aqui a fazer um esforço e abdicar indiretamente de receita por essa via. Sempre achamos que o que seria mais prudente era continuar a fazer esse esforço mas de uma forma gradual, porque depois quando chegamos a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

outros pontos da ordem do dia das Assembleias Municipais, como é por exemplo o orçamento, como é que nós podemos reclamar mais investimento e investimento de uma forma mais apressada, se depois não tivermos recursos? Portanto é este equilíbrio que tem de existir, que eu procurei que existisse e que julgo que consegui, sem abdicar do equilíbrio das contas públicas, de manter a Câmara no rumo certo das boas contas. E por outro lado, sem aniquilar a capacidade de investimento do município. Portanto orgulho-me de nestes três anos no município ter conseguido concretizar um conjunto significativo de investimentos e ao mesmo tempo ter abdicado de uma receita tão significativa. Eu não me queria repetir mas ainda há pouco o disse se tivermos em consideração o IMI e as transferências do Estado. Estamos a falar de quase doze milhões de euros que nós perdemos nos últimos anos. O que era mais do que suficiente para liquidar toda a dívida para fazer muito mais investimento e teríamos uma situação muito mais folgada. Isso não aconteceu e por isso tivemos que nos ir adequando ano a ano e ir fazendo um esforço gradual. Depois queria dar nota de que, conforme disse o Dr. João Correia, os nossos concidadãos mais desfavorecidos já estão protegidos, não é de agora, já estão há muito tempo, porque como sabem há uma isenção permanente para os prédios de valor reduzido que sejam propriedade de agregados familiares com baixos rendimentos. Para além disso ainda há as isenções temporárias para determinados prédios, até cento e vinte e cinco mil euros. Aliás, em Lousada o conjunto das isenções em dois mil e quinze ainda era de vinte e nove vírgula setenta e três por cento. Depois conforme também disse há pouco, mesmo nos últimos anos essa receita tem vindo a perder-se, para além daqueles três vírgula cinco milhões de euros, desde dois mil e catorze temos vindo a perder receita e não tem sido pouco. Portanto, no fundo a conclusão que se pode tirar, legitimamente, é que vamos abdicar no próximo ano de cerca de um vírgula vinte e dois milhões de euros que nos dava muito jeito para se concretizar outros investimentos que estão com verbas “não definidas” no dito plano plurianual de investimentos que falamos há pouco, mas não podemos ter o melhor de dois mundos. E portanto achamos que é importante fazer esta contenção, este esforço, abdicar de receita e abrandar os investimentos, porque seguramente que os nossos concidadãos precisam desta ajuda e a valorizam. Depois dar nota também de que a proposta, a exemplo do que aconteceu no ano passado, prevê também um benefício para os agregados familiares de dimensão relevante com três ou mais dependentes. Acresce também a redução do IRS, uma vez que continuamos a abdicar de vinte por cento da receita do IRS. Lousada pode de facto orgulhar-se e os lousadenses podem-se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

orgulhar de viver num município com uma política fiscal amigável, com um município que tem de facto prescindido de uma parte significativa de receita a que teria direito e ainda assim consegue concretizar um conjunto significativo de investimentos que eu considero, aliás, invejável.» -----

----- De seguida foi posta à votação proposta número quatro do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, a aprovação da fixação da taxa de IMI para prédios urbanos, no ano de dois mil e dezassete, de zero vírgula três por cento, conforme estabelece o nº 5 e a alínea c), do nº 1 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, bem como, a fixação de uma redução do imposto municipal sobre imóveis para vigorar no ano de 2017, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, com 3 ou mais dependentes a cargo, e que seja efetivamente afeto a tal fim, através de uma dedução fixa de setenta euros” -----

----- A propostas número quatro foi aprovada por unanimidade de trinta e seis votos. -----

----- SEXTO PONTO: Participação variável no IRS do Município de Lousada para o ano de 2017 -----

----- Intervenção do Sr. José Manuel Gonçalves do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Neste ponto mantemos o que sempre defendemos, ou seja a participação no IRS, no nosso entender deveria ser os cinquenta por cento, os cinco por cento ou seja os dois pontos cinco pontos percentuais. A Câmara vem aqui com uma proposta de quatro por cento, para além disso em reunião de Câmara e com esta proposta o presidente da Câmara adianta de que será propósito deste executivo, mais tarde no tempo, continuar a baixar a participação no IRS. A questão que aqui coloco é a seguinte: porque é que, não hoje, mas sim após ter sido eleito, não pôs em prática este propósito de baixá-la ao máximo a participação no IRS? Tal como nós coligação “Lousada Viva” sempre defendemos.» -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Hoje é de facto uma noite de contradições desta coligação “Lousada Viva”. Por um lado dizem que as receitas correntes são insuficientes, qualquer dia só dão para pagar salários e pouco mais, por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

outro lado defendem que a Câmara deve prescindir das suas receitas correntes, caso do IMI até ao máximo, caso do IRS. Seria sim, se a Câmara procedesse dessa maneira uma irresponsabilidade, quer há mais tempo ou há uns anos ter aceiteado essas propostas. Porque também dizem que os impostos, nomeadamente o IMI, a Câmara está a arrecadar mais dinheiro. Pois é mentira, o IMI em dois mil e dezassete vai ter uma baixa de dois vírgula sete por cento, os impostos diretos vão baixar, vão ser arrecadados menos dois vírgula seis por cento nos cofres da Câmara. Se a Câmara conseguiu agora baixar o IMI para a taxa mínima, foi porque com uma gestão responsável conseguiu criar condições para que este ano isso fosse possível, tendo como alternativa a subida de outros impostos indiretos, que são o caso das taxas mutuas e outras penalidades e as vendas de bens e serviços correntes, que tiveram de facto um aumento ou que está previsto ter neste orçamento um aumento da receita, relativamente a estas rubricas. Portanto a Câmara prescindirá da receita cobrada aos seus munícipes à medida que isso for possível, há medida que isso não será uma irresponsabilidade.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: “ Já o disse na reunião de Câmara e quero dizê-lo aqui também para perceberem que se consultarem o Orçamento de Estado de dois mil e dezassete, no mapa dezanove tem as transferências para os municípios. E aí podem verificar que no distrito do Porto não há município nenhum que tenha abdicado mais do que nós abdicamos do IRS. Só há quatro municípios, três deles têm a mesma taxa de Lousada e depois há um com quatro vírgula oito, e todos os restantes, têm no máximo, nos cinco por cento. Porquê? Porque todos têm o mesmo problema, todos gostariam muito de prescindir, não da metade, mas da totalidade da participação a que têm direito no IRS. Porque é que não o fazem? É óbvio, porque depois não tem recursos para fazer face às necessidades. Portanto não saímos disto. Pergunto eu, mas porque é que tinha de ser metade? Qual é o vosso critério para ser metade? Porque não é os cinco por cento? Era mais simpático. Porquê metade? Porque há-de ser dois e meio e não há de ser três, não há de ser dois ou zero? Se vocês defendessem reduzir a taxa de IMI para metade, ou seja o intervalo entre os três por cento e os quatro e meio, nós iríamos perder seiscentos mil euros, era o suficiente para absorver os cem por cento do IRS. É evidente que é uma proposta como outra qualquer. É muito fácil de fazer as contas, eu acabei de dizer há bocado a propósito do IMI que fixando a taxa nos três por cento vamos perder um vírgula dois milhões de euros em dois mil e dezassete. (Não é de dois mil e dez, desculpe mas isto não é uma reunião de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Câmara, eu não estou aqui para ser interpelado pelos senhores vereadores, mas já que o senhor vereador Agostinho Gaspar falou eu vou elucidá-lo). Valor patrimonial sujeito a imposto em dois mil quinze, oitocentos e quinze milhões, valor patrimonial dos prédios, aplicando a taxa legal máxima de zero quarenta e cinco daria uma receita de três milhões seiscentos e sessenta e sete, com a taxa deste ano de dois mil e dezasseis temos em vigor zero virgula trezentos e vinte e cinco temos uma receita de dois milhões seiscentos e quarenta e oito prevista, estimada, o que dá uma perda de um milhão e dezoito. Se alteramos esta taxa de zero trezentos e vinte e cinco para zero três dá um milhão e duzentos vinte e dois mil, quinhentos e setenta, não tem nada a ver com dois mil e dez, tem a ver com o facto de um ano para o outro, ou seja aquilo que seria o máximo a que o município teria direito de receita e a receita que o município vai efetivamente receber porque abdicou da parte que não vai receber, é uma opção do município abdicar daquela receita. Eu acho que isto é fácil de compreender. Usassem o mesmo critério que estão a usar para o IRS e definiam aqui metade também. Perdíamos seiscentos mil ali, aqui já podia ser zero, porque as contas ficavam iguais. Portanto como toda a gente percebe, isto não é fácil e as propostas têm consequências e têm efeitos. E essa vossa proposta implicava uma perda adicional de trezentos e trinta e quatro mil euros. Neste momento é impossível, porque se não, então, teríamos de abdicar de muito mais investimento. Portanto o que eu acho a exemplo daquilo que aconteceu com o IRS, à medida que for possível, o município deve procurar ir de encontro a esse objetivo, de reduzir, mas sempre tendo como este limite do equilíbrio das contas. E por outro lado também, não podemos parar, temos de ter margem para continuar a fazer investimentos que são estritamente indispensáveis para assegurar a qualidade de vida dos nossos concidadãos. Portanto eu não vou aqui repetir, já o disse mais que uma vez, a receita que nós perdemos a receita que temos abdicado, não há soluções mágicas, esta é a proposta possível. E concluo dizendo que pelo menos neste ano de dois mil e dezasseis não houve município nenhum aqui no distrito do Porto que tivesse prescindido de mais IRS do que Lousada.» ----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número cinco do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação de fixar para os rendimentos do ano de dois mil e dezassete, uma participação de quatro por cento no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município de Lousada, em conformidade com o art.º 26º da Lei nº 73/2013 de 03 de setembro, conjugada com a alínea c) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- A proposta número cinco aprovada por dezanove votos a favor e quinze abstenções dos seguintes membros: Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto em substituição Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, Fátima Marisa da Silva Pereira, João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Manuel Campos Sousa Neto, Cidália de Lurdes Pereira Neto, António Filipe Cardoso Barbosa, José Manuel Teixeira Gonçalves, Virgínia Luzia dos Santos Monteiro em substituição de Ana Sofia Martins Bessa, Alberto Carlos Bessa de Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, João Fernando Pinto Magalhães, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) e Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga. -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: António Carlos da Cunha Pacheco e José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda. -----

----- SÉTIMO PONTO: Taxa Municipal de Direitos de Passagem para vigorar no ano de 2017 -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número seis do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, a aprovação da fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, a vigorar no ano de dois mil e dezassete, de zero vírgula vinte e cinco por cento, a cobrar às empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do Município, conforme a alínea b), do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12 setembro conjugada com a alínea m) do art.º 14º da Lei nº 73/2013 de 03 setembro” -----

----- A proposta número seis foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: António Carlos da Cunha Pacheco e José Jesus de Martins, presidente da Junta de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Freguesia de Aveleda. -----

----- OITAVO PONTO: Cobrança de Taxa de Ocupação de subsolo (TOS)
para passagem de Rede de Gás -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número sete do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, a aprovação da cobrança da Taxa pela Ocupação do Subsolo (TOS), a vigorar no ano de dois mil e dezassete, de acordo com o valor que se encontra previsto no 9.3 do Quadro 24 da Tabela de Taxas anexa ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais (ocupação do solo ou subsolo do domínio público com tubos, condutas, cabos condutores e semelhantes), a cobrar às empresas operadoras das infraestruturas de rede de gás natural, no concelho de Lousada, a partir de 1 de janeiro de 2017, conforme a alínea b), do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12 setembro conjugada com a alínea m) do art.º 14º da Lei nº 73/2013 de 03 setembro” -----

----- A proposta número sete foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: António Carlos da Cunha Pacheco e José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda. -----

----- NONO PONTO: Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Sul do Grande Porto - cisão da sociedade "Águas do Norte, SA" e criação da Águas do Douro e Paiva, SA -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara: «Só umas breves notas para dizer que isto no fundo é o repor de uma reivindicação dos municípios onde Lousada se incluiu. Como sabem sempre estivemos contra o processo da fusão dos sistemas multimunicipais de água e saneamento. Isto vem resolver uma parte do problema, no que respeita à água, não resolve ainda a questão do saneamento. Sendo certo que em termos de agravamento de tarifário onde se ia sentir maior diferença era nesta área da água. Consta aqui da documentação que vos foi entregue que esta alteração já vai gerar uma poupança de sessenta mil euros na fatura da água, ou melhor, não é uma poupança era um agravamento que ia existir e já não vai existir.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Porque se estivéssemos nas Águas do Norte e com o tarifário que estava previsto iríamos pagar mais setenta mil euros. Para além disto o que eu defendo é que se encontre também uma solução para o saneamento, não tanto pela questão do tarifário mas sobre tudo porque a experiência diz-me que à medida que a empresa se foi tornando maior, tendo maior dimensão, foi cada vez mais difícil de resolver problemas. Eu estou na Câmara há alguns anos, acompanhei a adesão do município às Águas do Ave depois houve uma fusão que criou as Águas do Noroeste e entretanto passou a ser as Águas do Norte, ainda com maior dimensão. E à medida que ela foi crescendo passou a ser ainda mais difícil de resolver problemas. Eu julgo que a empresa Águas do Norte está sobredimensionada, já dei nota à administração, estou disponível, aliás Felgueiras acompanha-me neste propósito também, porque a nossa bacia hidrográfica como sabem é semelhante. Aliás a Etar do Sousa, serve Lousada e uma parte também de Felgueiras. Estamos disponíveis para encontrar aqui uma solução de menor escala. Portanto vamos ver se depois também se encontra uma solução também para o saneamento que sirva melhor os interesses do município.» -

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número oito do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, a aprovação da proposta do “Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Sul do Grande Porto – Cisão da sociedade “Águas do Norte, S.A.” e criação da “Águas do Douro e Paiva, S.A., em consonância com a al. n) do nº. 1 do artº. 25º da Lei nº. 75/2013, de 12/09 e nos seguintes termos: I – Emissão de parecer favorável à criação do sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto, bem como da sociedade concessionária da respetiva exploração e gestão; II - Aprovar o Acordo Parassocial a celebrar entre todos os acionistas da (nova) Águas do Douro e Paiva, S.A., e que visa regular algumas matérias relativas à Sociedade; III - Que, uma vez publicado o decreto-lei acima referido, este Município desistirá do pedido formulado no processo judicial em curso, uma vez que nele não mantém, a partir daí, qualquer interesse; IV - Apresentar à Assembleia Municipal pedido de confirmação da manutenção da integração do Município de Lousada na sociedade concessionária da exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto, a (nova) Águas do Douro e Paiva, S.A., cujo capital social de (euro) 20.902.500,00, corresponde ao capital social da sociedade Aguas do Douro e Paiva, S.A., com o número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 503 537



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

624, que foi extinta pelo Decreto-Lei nº 93/2015, de 29 de maio, integralmente subscrito e realizado nos mesmos termos da sociedade extinta, pelo que o Município mantém o mesmo capital que detinha na concessionária extinta” -----

----- A proposta número oito foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: António Carlos da Cunha Pacheco e José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda. -----

----- DÉCIMO PONTO: Aprovação do Contrato-Programa a celebrar com a Lousada Século XXI - Actividades Desportivas e Recreativas - E.M. - Sociedade Unipessoal LDA, para o ano de 2017 -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número nove do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da minuta do contrato-programa para o ano de 2017 a celebrar entre o Município de Lousada e a Lousada Século XXI – Actividades Desportivas e Recreativas EM - Sociedade Unipessoal, Lda, nos termos do nº 5 do art.º 47º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto” ----

----- A proposta número nove foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: António Carlos da Cunha Pacheco e José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda. -----

----- DÉCIMO PRIMEIRO PONTO: Relatório semestral relativo ao 1.º semestre de 2016 - Lousada Século XXI - Actividades Desportivas e Recreativas - E.M. - Sociedade Unipessoal LDA -----

----- No décimo primeiro ponto a Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório semestral relativo ao 1.º semestre de 2016, apresentado pelo fiscal único da “Lousada Século XXI, acompanhado pelos documentos elaborados pela administração da “Lousada Século XXI”, conforme o art.º 42º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, na redação dada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

pela Lei nº 69/2015 de 16 de Julho. -----

----- DÉCIMO SEGUNDO PONTO Instrumentos de Gestão Previsional
relativos ao ano de 2017 - Lousada Século XXI - Actividades Desportivas e
Recreativas - E.M. - Sociedade Unipessoal LDA -----

----- No décimo segundo ponto a Assembleia Municipal tomou
conhecimento dos instrumentos de gestão previsional para o ano de dois
mil e dezassete, cumprindo o consignado nas alíneas b) e c) do art.º 42º da
Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, na redação dada pela Lei nº 69/2015 de 16
de Julho. -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Não houve intervenção do público -----

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da ata minutada que fica
apensa a esta ata e que foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos.-

----- Não participaram na votação os seguintes membros: António Carlos
da Cunha Pacheco, Alberto Carlos Bessa de Sousa, presidente da Junta de
Freguesia de Macieira e José Oliveira Nunes presidente da Junta de
Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga. -----

----- Eram zero horas e vinte quatro minutos quando foi dada por encerrada
a sessão.-----

A MESA

